



FILOMENA BANDEIRA

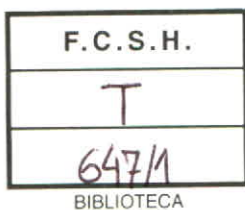
A UNIVERSIDADE POPULAR PORTUGUESA NOS ANOS 20  
os intelectuais e a educação do povo:  
entre a Salvação da República e a Revolução Social

VOLUME I

Dissertação de Mestrado em História dos Séculos XIX e XX  
(Secção do Século XX)

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
LISBOA

1994



42503

A UNIVERSIDADE POPULAR PORTUGUESA NOS ANOS 20  
os intelectuais e a educação do povo:  
entre a Salvação da República e a Revolução Social

I PARTE - UMA HISTÓRIA :

## AGRADECIMENTOS

Ao professor Fernando Rosas, que aceitou orientar esta dissertação, acompanhando a realização do trabalho - em cujo curso me debati com inúmeros obstáculos e outras tantas vicissitudes - sempre com a maior das disponibilidades. Além do mais, beneficiei sempre do seu conselho em muitos outros momentos, desde que, em 1986 - enquanto sua aluna na Licenciatura -, me iniciei nos caminhos da História Contemporânea.

Ao professor Piteira Santos, pela diligência manifestada no auxílio pronto em me facultar informações e documentos sobre a Universidade Popular Portuguesa, tendo feito inclusivamente vários esforços para que se encontrasse o rasto perdido do Arquivo da instituição. Tenho muita pena que não tenha chegado a conhecer a versão final do trabalho que desde o início acolheu com tanto interesse e estímulo.

Ao professor António Nóvoa, que me revelou uma outra história da educação; à Vera Teixeira e ao João Carlos Duarte Paulo, membros da equipa - e meus amigos - que sob a direcção do professor Nóvoa realizou o Repertório Analítico da Imprensa de Educação e Ensino (séculos XIX e XX), onde trabalhei durante quase cinco anos. Das acesas discussões por nós mantidas sobre educação popular beneficieu muito esta dissertação.

Ao professor António Ventura, que me forneceu indicações preciosas sobre a Universidade Popular Portuguesa. À Idalina Portugal, que "batalhou" comigo nessa tarefa gigantesca que constituiu abordar a imprensa. À Alexandra Lory, pelo auxílio prestado na formação de uma base de dados sobre a Biblioteca da Universidade, trabalho não aproveitado nesta dissertação mas a que oportunamente me dedicarei.

Se a dedicação ilimitada dos meus pais eu não teria reunido as condições para concluir este trabalho; muito provavelmente esta história da Universidade Popular Portuguesa não chegaria a ser uma história escrita, não fora a presença constante do Jorge; se o José Maria - esse ó ainda tão minúsculo -, teria sido incomparavelmente mais difícil suportar a tensão que estes trabalhos sempre envolvem. São verdadeiros os agradecimentos. Mas muito contidos também. Aqui se escondem sentimentos que a minha timidez não deixa ficar senão entre mim e eles.

## ÍNDICE

### I PARTE - UMA HISTÓRIA

Introdução: o estudo da Universidade Popular Portuguesa e a problemática da educação popular .....	p. 4
1. Identificação da instituição .....	p. 15
2. O "para-raios": a formação da Universidade e a projecção de uma imagem .....	p. 37
3. A eleição de um público: da instalação na sede de uma cooperativa ao estabelecimento de secções nas organizações operárias .....	p. 52
4. Um parceiro social: da adesão do movimento sindical até à participação da sua elite .....	p. 78
Nota final	

### II PARTE - A INSTITUIÇÃO

#### I Organização e administração

Apresentação .....	p. 2
1. Estatutos .....	p. 4
2. Corpos gerentes .....	p. 11
3. Relatórios e contas .....	p. 21
4. Secções .....	p. 37
5. Documentação diversa .....	p. 41

## II Orientação e objectivos educativos

Apresentação .....	p. 48
1. O discurso político de António Sérgio .....	p. 51
2. A fundamentação científico-pedagógica em Faria de Vasconcelos .....	p. 53
3. A educação popular como uma pedagogia social em Ferreira de Macedo .....	p. 58
4. Educação e revolução em José Carlos de Sousa .....	p. 63

## III Programa e actividades

Apresentação .....	p. 65
1. Programa educativo	
1.1. "Plano Geral Educativo" .....	p. 70
1.2. Programa para o ano 1921/22, data marcante na expansão e consolidação do projecto da Universidade .....	p. 73
1.3. A UPP em 1927: a confirmação do programa e da obra dos "iniciadores" .....	p. 76
1.4. "Plano de trabalho apresentado pelo dr. Ferreira de Macedo" (1928) .....	p. 79
2. Actividades	
2.1. Mapa de actividades (por ano "lectivo" e secções) .....	p. 82
2.2. Conferências:	
Quadro I - Relação onomástica dos conferencistas .....	p. 94
Quadro II - Distribuição numérica das conferências por secções e anos (algumas tendências do funcionamento desta actividade) .....	p. 95
Quadro III - Distribuição temática das conferências organizadas em séries (segundo o "Plano Educativo Geral") .....	p. 97
Quadro IV - Relação das conferências organizadas extra-séries (avulsas) ...	p.101
Quadro V - Relação das conferências organizadas em séries (pelo título da série que reuniu mais do que um conferente) ...	p.104
Quadro VI - Relação das conferências organizadas em séries (pelo nome do conferente e por ordem alfabética) .....	p.105
2.3 Biblioteca:	
Quadro VII - Catálogo da Biblioteca. Secção I - Literatura (autores representados com 3 ou mais obras) .....	p.123
Quadro VIII- Catálogo da Biblioteca. Secção II - Para as crianças (autores e número de obras) .....	p.125
2.4. Outras actividades:	
Quadro IX - Programas dos serões de arte .....	p.126
Quadro X - Cursos .....	p.130
Documentos - Folhetos e cartazes de divulgação .....	p.131

#### IV Dirigentes: elementos biográficos

1. Dirigentes da Universidade Popular Portuguesa (1919 a 1926/28) ..... p.134

#### V Uma memória sobre a Universidade Popular Portuguesa:

- |  |       |       |
|--|-------|-------|
| Apresentação   | ..... | p.145 |
| 1. Formação e inauguração: dos trabalhos encetados pela<br>Comissão Organizadora à aprovação dos primeiros corpos gerentes   | ..... | p.146 |
| 2. O arranque: da sede em Campo de Ourique ao estabelecimento das<br>primeiras secções nas associações operárias (1919-1921) | ..... | p.150 |
| 3. Quinze anos de actividade: da República ao início do Estado<br>Novo (1919-1934)   | ..... | p.152 |
| 4. Da criação à extinção: uma memória residual e um tributo ao<br>seu fundador   | ..... | p.157 |

## INTRODUÇÃO

O estudo da Universidade Popular Portuguesa e a problemática da educação popular: um projecto de investigação.

Entre a última década do século XIX e os meados dos anos vinte da centúria seguinte, assistimos em Portugal à criação de associações concebidas dentro do modelo communmente designado por universidade popular ou livre. De finalidade educativa, mas com uma função social de integração ou regulação, estas instituições são promovidas ou têm a colaboração das elites intelectuais e surgem de um universo ideológico marcado por ideias de democracia política e reformismo social, cujo horizonte se determina na formação, consolidação e revitalização do estado republicano. Embora a acção educativa destas instituições, desenvolvida à margem do contexto escolar, se dirija genericamente ao povo, entendido num sentido lato, é no operariado que fixam o seu ponto focal mais nítido. Se esta caracterização ideológica e sociológica cobre a maioria das universidades populares conhecidas, teremos no entanto de assinalar que o modelo atrai outros grupos, nomeadamente os anarquistas, quer em associação com o movimento republicano, quer em tentativas autónomas, apesar de pouco sucedidas. Todas estas universidades se dinamizam em torno de um objectivo: a difusão de conhecimentos científicos e culturais, a par de modalidades diversas de ensino escolar, educação moral e social. A conferência ou palestra livre, os cursos subordinados a um tema ou a uma disciplina, a biblioteca, as visitas de estudo e as excursões foram os meios mais

vulgarizados, havendo ainda lugar para a utilização de outros suportes educativos como a projecção de filmes, a dramatização de textos, a organização de festas comemorativas e sessões musicais.

Tais experiências - umas mais episódicas, outras mais duradouras, algumas não passando de um projecto -, e quase todas com pouco ou relativo êxito na tentativa de se implantarem junto de um público fixo, em especial o operário, formam um conjunto tipificado de iniciativas no campo da educação popular cujo nascimento e evolução se encontra pautado por períodos da história política e social portuguesa. Fundamentalmente: o fim do constitucionalismo monárquico e o tempo da propaganda republicana; a implantação da República; a crise do liberalismo e o agudizar da questão social nos anos vinte.

É na recuperação da memória difusa e imprecisa de uma destas associações de educação popular que recai o trabalho aqui apresentado. Trata-se da Universidade Popular Portuguesa na primeira fase da sua história - 1919/1927 -, correspondendo o seu aparecimento e funcionamento ao terceiro período da cronologia acima identificada para a existência deste modelo institucional de educação extra-escolar e informal.

Exceptuando um ou outro caso, mas raro, a história da educação popular em Portugal não mereceu ainda a atenção como campo autónomo de reflexão e problematização. Com efeito, ainda hoje conhecemos muito mal os contornos deste campo e pior ainda o interior das



instituições que o compõem. Quando os investigadores da história da educação ou das ideias se debruçam sobre experiências como a nossa, fazem-no geralmente porque os seus objectos de estudo, mais genéricos quase sempre, para aí os encaminham. Nesta perspectiva, os estudos onde se tacteia a existência de institutos de educação popular são via de regra os que dizem respeito à problemática mais vasta da educação ou a temas específicos como os relacionados com o pensamento político republicano, o movimento operário ou a biografia. Também as incursões de carácter evocativo por vezes atingem experiências como aquela sobre que nos debruçamos. Somadas estas obras, resulta um conhecimento que, além de fragmentário, se reproduz a partir das mesmas fontes, chegando por vezes a difundir imprecisões. Este estado da questão justifica desde logo, parece-nos, um estudo de caso, como o que ora empreendemos. A sua viabilidade surge-nos ainda reforçada pela razão de que a problemática suscitada em torno da UPP consegue agregar um conjunto de intelectuais, formas de pensamento e intervenção social da mais activa tradição democrática republicana.

O presente trabalho é composto por duas partes distintas. A abrir encontra-se a leitura que fazemos das dinâmicas históricas sobre que a Universidade Popular Portuguesa se construiu. Efectivamente procurou-se inteligibilizar a rede de relações - basicamente no plano da esfera política - desencadeadas pela instituição e, inversamente, o modo como a conflitualidade social do tempo com ela interagiu e a formou também. Na II parte prossegue-se com o relato da sua história, onde, através de documentos e apresentação de

outras informações, trabalhadas, comentadas e analisadas, se reconstitui factual e cronologicamente a UPP. São, se quisermos, duas partes distintas, embora complementares e interdependentes, mostrando-se assim a instituição de modos diferentes. Pretendemos sobretudo fornecer uma leitura aberta a outros aproveitamentos e orientações analíticos, incidentes quer sobre a Universidade Popular Portuguesa, enquanto instituição de educação popular, quer como complemento de investigação para problemáticas mais vastas com que a experiência da UPP se relaciona necessariamente.

O ponto de partida desta dissertação começou por ter um objecto central: recuperar uma memória e reconhecer uma instituição. Assim, toda a investigação se guiou obrigatoriamente pela procura do máximo número de elementos que permitisse reconhecer a Universidade Popular Portuguesa na experiência e papel sociais protagonizados. Quer isto dizer que a abordagem das fontes não foi previamente condicionada pela formulação de uma questão precisa, mas, ao contrário, pela tentativa de surpreender uma realidade diversa e compósita. Justamente, *demarche* inversa fizemos quanto à exploração posterior desses materiais. Por isso, a hipótese interpretativa a enunciar no ensaio apresentado na I parte, tanto pelo seu carácter explanatório como pela intenção generalista, não atendeu ao aprofundamento de muitas das pistas abertas pelo levantamento. Dos resultados deste trabalho de pesquisa e de uma abordagem primária à Universidade Popular Portuguesa se dá conta com outro detalhe na II parte.

Procurámos que a informação agrupada na segunda metade do trabalho respondesse pelo menos a cinco aspectos julgados decisivos e prioritários para o estudo de uma instituição. A saber: determinação da estrutura organizativa e administrativa; conhecimento da orientação tomada adentro do campo a que se circunscreve; tipo de actividades desenvolvidas; identificação dos indivíduos que lhe conferem alma e corpo; e motivações sociais e culturais que a fundamentam. Estes diferentes aspectos, ilustrados no presente acervo através de documentos de natureza diversa, constituíram aliás as indicações de base para a recolha. Partindo de um reconhecimento inicial do movimento de educação popular em Portugal, obtido quer pela leitura dos trabalhos historiográficos nesta área realizados ou que sobre alguns dos seus protagonistas ou questões incide, quer pelo contacto directo com a imprensa coeva, enquanto elemento da equipa de investigação que elaborou o Repertório Analítico (séculos XIX e XX) de *A Imprensa de Educação e Ensino em Portugal* - obra saída a público em 1993 -, preparámos uma ficha prévia de dados a obter, bem como uma relação do conjunto de fontes desejavelmente a explorar.

Passemos em revista sumariamente o plano prévio de investigação.

A. Ficha de recolha de elementos para um estudo sobre a Universidade Popular Portuguesa durante a I República (1919-1927)

I. Administração e organização:

- .) prescrições estatutárias
- .) elaboração do organograma da instituição

- .) composição dos corpos dirigentes
- .) recursos financeiros e balanços de receitas/despesas
- .) relatórios sobre as actividades
- .) instalações (condições e locais)
- .) composição da população associativa
- .) propaganda (manifestos, panfletos, etc.)
- .) relações mantidas com outras instituições (públicas ou privadas)
- .) imagem oficial (a Universidade em momentos significativos como, sessões de abertura dos anos "lectivos", participação em congressos e outros acontecimentos relevantes do ponto de vista político, social e cultural)

## II. Orientação e objectivos educativos:

- .) textos elaborados em nome da instituição, ou por seus responsáveis e colaboradores, onde se expliquem as razões e os fins da Universidade, tanto no que respeita à fundamentação teórica como em aspectos mais concretos do desenvolvimento da prática educativa

## III. Programa e actividades:

- .) programa apresentado e objectivos perseguidos
- .) actividades desenvolvidas (por funções e sectores, com cálculo aproximado entre planificação/realização)
- .) meios pedagógicos utilizados (comunicação verbal, escrita e visual)
- .) discursos e conteúdos (matérias difundidas e formas de abordagem)

## IV. Agentes educativos:

- .) como justificam a sua participação nos trabalhos da UPP
- .) identificação socio-profissional articulada com o percurso individual de cada um deles, no sentido de definir o universo ideológico e cultural a que pertencem (dirigentes e colaboradores)

## V. Públicos:

- .) público potencial (aquele a que a UPP pretensamente se dirige/análise da noção "povo") e público real (formado pela população associativa, aquela que acorre às solicitações da Universidade/índices de frequência ou preferência por determinadas actividades)

Se bem que o nosso objecto de estudo se determinasse pela abordagem de uma associação de educação popular, o campo de acção social onde ela se integra, assume expressão e sobretudo uma identidade, não podia necessariamente ser secundarizado. Com efeito, o movimento de educação popular constitui um território disputado por diversas correntes políticas e sociais e muito sujeito portanto às próprias condições históricas que o envolvem na dinâmica social e cultural da sociedade em uma determinada fase da sua evolução. Como nasce de um outro movimento, de natureza associativa e essencialmente privada e que se propõe cobrir necessidades não supridas pelo sistema educativo ou por outras instituições do Estado que neste campo podem desenvolver acção de protecção ou prevenção (como o trabalho, a saúde e a justiça), são muitas as funções e outras tantas as associações que dão corpo à educação dos adultos. O combate ao analfabetismo, a formação profissional, a educação social, a assistência materno-infantil e a higiene constituíram intuits que mobilizaram as elites de vários quadrantes, em concorrência ou em colaboração, a intervir pela educação do povo. Assim vemos moverem-se, sobretudo desde o fim do século XIX, católicos, republicanos, socialistas, anarquistas e sindicalistas. É neste panorama que surge o modelo das universidades populares que, enquanto instituição uma e modalidade educativa vem consagrar algumas das experiências dispersas e diversas que outras associações, quer cumprindo apenas uma função ou aglutinando mais do que uma, vinham desenvolvendo e assim continuaram aliás. Os cursos nocturnos para adultos, de instrução primária e de algumas disciplinas do ensino técnico e secundário, conferências de

vulgarização, visitas e excursões de estudo, festas comemorativas, acções de solidariedade social, fundação de bibliotecas e publicação de edições populares: eis alguns dos meios mais característicos da educação popular que o ensino superior para adultos, formalizado nas universidades também populares ou livres, foi ao longo do tempo reconhecendo e transformando à luz de uma concepção de educação para as massas progressivamente ajustada a novas necessidades e aspirações.

Por isso, o último ponto da ficha de recolha incidia sobre:

IV. Estudo comparado (diacrónico e sincrónico) da UPP com outras experiências concebidas dentro do modelo das universidades populares entre 1889 e 1925 (datas limite da primeira e última instituições fundadas no período em estudo):

- .) identificação sumária dos dirigentes e colaboradores principais
- .) objectivos definidos nos estatutos ou em declarações oficiais
- .) apuramento geral do tipo de actividades constantes do programa
- .) textos teóricos fundamentais, justificativos da sua formação e acção.

Para este esquema assim delineado inventariámos um conjunto nuclear de fontes susceptíveis de elucidar estes diversos elementos e de nos introduzir nas questões com eles relacionados.

B. Fontes para o estudo da Universidade Popular Portuguesa perspectivado segundo a questão da educação popular

I. Documentação impressa produzida pela instituição:

- .) estatutos ou outras normas de regulamentação

- .) relatórios de actividades e contas
- .) composição dos corpos directivos
- .) listas de sócios
- .) publicações (boletim ou revista, folhetos de propaganda e divulgação)

II. Documentação manuscrita ou impressa constante dos espólios de associações ou de personagens da vida cultural e sindical que colaboraram com a UPP ou que pela educação popular se manifestaram:

- .) Biblioteca da Universidade Popular Portuguesa (Sociedade de Instrução e Beneficência 'A Voz do Operário')
- .) Espólio de António Augusto Ferreira de Macedo, fundador e principal impulsionador da Universidade Popular Portuguesa (Biblioteca Nacional)
- .) Espólio de Raúl Sangreman Proença, membro dirigente e elemento do grupo nuclear que promoveu a UPP, é ainda no seio do seu círculo política e culturalmente mais activo um intelectual de grande influência (Biblioteca Nacional)
- .) Espólio de Jaime Batalha Reis, conferencista na Universidade (Biblioteca Nacional)
- .) Espólio de Álvaro Viana de Lemos, professor primário e um dos responsáveis pela organização e difusão do Movimento da Educação Nova em Portugal; esteve ligado à formação e direcção da Universidade Livre de Coimbra (fundada em 1925) (Movimento da Escola Moderna)
- .) Espólio de Pinto Quartim, intelectual libertário que tentou desenvolver uma universidade popular de inspiração anarquista (o Ateneu Popular, fundado em 1917) (Instituto de Ciências Sociais)
- .) Núcleos documentais, por militantes e associações, constantes do Arquivo Histórico-Social (Biblioteca Nacional).

Núcleos dos militantes:

- . Adriano Botelho (militante sindicalista e membro do grupo anarquista "O Semeador", grupo este que deu à UPP dois dos seus mais activos dirigentes, José Carlos de Sousa e Augusto Carlos Rodrigues; em 1932 Botelho entra para o Conselho Administrativo da UPP)
- . Manuel Joaquim de Sousa (anarquista e militante sindical, autor de um projecto para a formação de uma

universidade operária)

- . João Campos Lima (intelectual anarquista apoiante e colaborador da UPP; teve no início do século XX um projecto para formar uma rede de escolas livres)
- . Domingos Afonso Ribeiro (militante sindicalista e sócio da UPP)
- . Alexandre Vieira (militante sindicalista revolucionário e um dos mais destacados dirigentes do movimento operário; o Conselho Administrativo da UPP teve-o como membro)

Núcleos de organizações e acção:

- . Congressos Operários Nacionais
- . Construção Civil
- . Metalúrgicos
- . Grupos e organizações anarquistas
- . Juventudes Sindicalistas (todas estas organizações tomaram posições em matéria de educação operária e, de uma forma ou outra, desenvolveram uma estratégia de aproximação à Universidade Popular Portuguesa, quer fornecendo dirigentes, quer solicitando abertura de secções ou outro tipo de auxílio para a educação dos seus militantes ou do operariado em geral)
- . Educação e Cultura

### III. Imprensa

- .) imprensa associativa: publicações das associações de classe ou sindicatos com as quais a UPP trabalhou, para além dos periódicos da responsabilidade da CGT
- .) imprensa pedagógica: publicações de cariz educativo onde se abordem questões relacionadas com a educação popular
- .) imprensa afecta a grupos políticos ou de pensamento: percepção dos discursos correntes sobre educação popular e operária (católicos, republicanos, socialistas e anarquistas)

Este plano de investigação, por obstáculos vários, não foi integralmente cumprido. O tempo disponível para a realização do



trabalho e a qualidade da documentação, no sentido de responder de forma exequível ou satisfatória à informação procurada, obrigou-nos a abandonar a exploração de algumas fontes e a privilegiar outras. Mantendo-nos fiel aos nossos propósitos, o critério residiu sempre na primazia acordada à reconstituição da história da Universidade, enquanto instituição, em detrimento de uma abordagem mais alargada à questão da educação popular. Assim, a recolha dos materiais e respectivo tratamento realizou-se segundo uma focalização bem dirigida: perceber a dinâmica social da educação popular e as motivações que lhe subjazem a partir de uma experiência concreta - a da Universidade Popular Portuguesa. O exercício inverso, ou seja, partir da diversidade de actores, ideias e práticas, surpreendida na evolução do devir histórico, para o estudo de um caso, seria bem mais estimulante. Estamos em crer constituir esta a melhor metodologia para se entender o percurso da Universidade Popular Portuguesa naquilo que tem de específico, tanto pelo grupo que a promoveu como pelo tempo que lhe deu razão de ser. Achamos que Geneviève Poujol tem razão quando considera haver não uma história mas muitas histórias da educação popular, "parallèles tant les origines et leurs formes d'action sont différents et surtout étrangères les unes aux autres". Importante esta observação, uma vez que a UPP não é senão uma entre outras instituições, cuja rede de implantação e poder de mobilização social desconhecemos. A segunda advertência feita por aquela socióloga francesa é porventura ainda mais pertinente: estas diferentes acções pela educação do povo não se pontuavam pelo "unanimismo", esse mito que uma certa memória colhe da integração de um discurso em favor dos

desfavorecidos. Pelo contrário, "la réalité militant est faite d'oppositions, de conflits et de rivalités parfois sans espoir" (1).

---

<sup>1</sup> Geneviève Poujol, L'Éducation Populaire: Histoires et Pouvoirs, Paris, Les Éditions Ouvrières, 1981, p.7.

# 1. Identificação da instituição:

A 27 de Abril de 1919 a Cooperativa "A Padaria do Povo", em Campo de Ourique, abria-se para receber o Presidente da República Portuguesa, Contra-Almirante Canto e Castro, e o ministro da Instrução, Leonardo José Coimbra, entre outras ilustres presenças. Nessa tarde de um Domingo, às "15 horas prefixas" (<sup>1</sup>), inaugurava-se solenemente a Universidade Popular Portuguesa. O discurso de apresentação da nóvel instituição coube a Pedro José da Cunha, reitor da Universidade de Lisboa e presidente da Comissão Organizadora da UPP, seguindo-se-lhe o de Leonardo Coimbra.

Falou este professor-filósofo, ora ministro, sobre "O momento actual da civilização e a educação do povo", com toda a autoridade que lhe provinha não só do cargo político que desempenhava, mas sobretudo do seu papel, como intelectual republicano, em prol da renovação cultural da grei. Mantinha estreitas relações de convívio pessoal e intelectual com alguns dos promotores da Universidade Popular Portuguesa, e tinha mesmo um passado comum de acção no campo da educação popular, desde o grupo *Amigos do ABC*, do tempo da propaganda, até às universidades, também populares, da *Renascença Portuguesa*, após a implantação da I República (<sup>2</sup>). Apesar das

---

<sup>1</sup> "A Universidade Popular Portuguesa. A sua inauguração", *O Combate*, 28 Abr. 1919.

<sup>2</sup> Entre 1912 e 1915 funcionaram no Norte quatro universidades populares - Porto, Póvoa do Varzim, Coimbra e Vila Real - todas fundadas sob a égide da Renascença Portuguesa. Jaime Cortesão foi o seu grande animador, juntamente com Leonardo Coimbra, entre outros intelectuais agrupados naquele movimento cultural. Na do Porto proferiu o autor do *Criacionismo* conferências sobre História da Filosofia (das ideias dos filósofos jónicos até ao intuicionismo de Bergson) e Filosofia (teoria do conhecimento) (ver resumos in *A Vida Portuguesa*, n.ºs 11 e 12, de 1 e 17 Abr. 1913, pp. 88 e 96) e na da Póvoa do Varzim "palestras científicas" (*Idem*, n.º12, 17 Abr.

dissidências doutrinárias que haviam cindido os mais importantes núcleos de pensamento republicano, essas "duas gerações siamesas" (<sup>3</sup>) como a *Renascença*, de que Leonardo Coimbra e Teixeira de Pascoais eram os mais lídimos representantes, e a futura *Seara Nova*, na ideia de Raúl Proença desde 1915 (<sup>4</sup>), e de onde em parte sai a Universidade Popular Portuguesa -, não deixava por isso de pertencer ao escol reformista, e como tal ser reconhecido. A ocasião, pela oportunidade do momento político, não podia pois ser melhor para este intelectual, agora no poder e justamente sobraçando a pasta da Instrução, de se pronunciar sobre as implicações da educação popular.

A República renascia em 1919, depois de ter conhecido a ditadura de Sidónio Pais e de com êxito desalojar, pelo confronto armado, as pretensões monárquicas. O operariado e a pequena e média burguesia urbana tinham vindo em seu socorro, a mesma aliança social que em

---

1913). Sobre a acção de Leonardo Coimbra em instituições de educação popular veja-se, numa perspectiva biográfica, o trabalho de Sant'Ana Dionísio, *Leonardo Coimbra. O Filósofo e o Tribuna*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, em especial os primeiros capítulos que cobrem o tempo da propaganda republicana e os primeiros anos da I República, pp. 16-68. Para uma abordagem analítica centrada sobre o grupo da *Renascença* e a Universidade Popular do Porto consultem-se os artigos de Rogério Fernandes, Cortesão e a Universidade Popular do Porto, *Revista da Biblioteca Nacional*, S.2, V.1, nºs1-2, Jan.-Dez. 1986, pp.31-52 e António Pedro Pita, "O poder de saber - competência e cultura nas universidades republicanas de educação popular", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº27-28, Jun. 1989, pp.249-274.

<sup>3</sup> Sant'Ana Dionísio, *ob. cit.*, p.200.

<sup>4</sup> As divergências de doutrina e orientação, em particular a preponderância da corrente literária saudosista de Pascoais, conduziram Proença à ruptura manifesta com o grupo da *Renascença*, de qual tinha sido um dos fundadores, logo no fim do ano de 1912. As mesmas ideias que o haviam levado a participar naquele movimento cultural - a instâncias de Jaime Cortesão que em 1911 lhe pediu a redacção de um programa para uma associação capaz de exercer "acção social orientadora e educativa", "isenta de facciosismos políticos" e que se consolidaria um ano depois na *Renascença* - não são abandonadas. Em 1915, em carta a Camâra Reis, Proença dá conta da sua ideia de fundar uma publicação para "propaganda levantada e inteligente da Democracia" (citado in Piteira Santos, "O pensamento social e político de Jaime Cortesão e Raul Proença", *Revista da Biblioteca Nacional*, S.2, V.1, nºs1-2, Dez.1986, pp.91 e 95).

1910 propiciara a queda da Monarquia. Era pois imperioso consolidar uma reconciliação. Ajustar, por todos os meios, uma identificação entre os desígnios do modelo político democrático e as aspirações da sociedade civil, de molde a se criar um bloco social de apoio seguro e, sobretudo, o menos possível permeável às doutrinas revolucionárias desenvolvidas à esquerda e à direita de um regime que tinha mostrado, entre 1910 e 1917, dificuldades crescentes de funcionamento e implantação. Se os primeiros governos saídos da conjuntura pós-sidonista se mobilizaram por medidas políticas susceptíveis de angariar aqueles apoios, nomeadamente no que respeita a medidas de carácter social favorecedoras dos estratos mais atingidos pela crise económica, outros sectores da sociedade se lançariam na sua rectaguarda em defesa e revitalização de uma democracia sujeita a ameaças. Soava a hora para o grupo mediador por excelência entre o poder e o povo intervir: os intelectuais.

Se há muito se vinham auto-proclamando como os missionários de uma causa superior, justamente a da imprescindível educação das massas sem a qual qualquer reforma que fizesse acertar Portugal com a marcha do tempo de uma Europa civilizada se veria comprometida, a evolução política, económica e social do regime republicano mais acentuara o sentimento de perene decadência que abraçava a classe política e todas as instituições sociais. A magna tarefa que os mais esclarecidos chamaram a si não era pequena: através do exercício de uma pedagogia social, fornecer um ideal comum a uma Nação convulsa e a um País que, num diagnóstico mais pessimista, podia mergulhar ou na completa dependência externa ou ceder perante

uma revolução social. Educar ficava sendo portanto mostrar os caminhos para a organização de uma sociedade mais perfeita, justa e harmónica. Ora, havia que começar pelo princípio e fim de todas as coisas: divulgar os valores fundamentais, intrínsecos à condição humana e fundadores das máximas aspirações do homem naquele momento da civilização: liberdade, verdade, justiça, tolerância, solidariedade e bem comum, tais eram as premissas que davam sentido à vida dos homens, mas sobretudo dos homens em sociedade. Esta a "dádiva" que a "elite" devia ao povo. Dar-lhe "tudo o que a vida neles depositou até hoje de nobre e grande" (<sup>5</sup>), era formá-los dentro de valores inquestionáveis, à luz de uma ética universal, assente nos princípios da Razão e da Ciência e conforme aos ideais de Progresso. Esta acção educativa, consubstanciada num acto de moralização, enquanto formação do carácter e da vontade de indivíduos subjectivamente considerados, e de socialização, no sentido em que se tratava de preparar os homens para viverem integrados, como seres actuates e colaboradores, na sociedade, assentava portanto numa verdade inequívoca, válida para toda a humanidade e legitimada pela marcha ascensional da história (<sup>6</sup>). Que aqueles valores e ideais só pudessem florescer em harmonia num estado democrático, era também uma verdade implícita.

---

<sup>5</sup> "Os nossos colaboradores", Educação Popular, nº1, Abr. 1921, p.7

<sup>6</sup> Ferreira de Macedo e Faria de Vasconcelos, ambos com papel muito importante na organização da UPP, assinam alguns textos que constituem bom exemplo desta argumentação, como sejam, respectivamente: Para que serve o saber? (texto de uma palestra, existente no seu espólio, datado de 1936) e A Educação do Povo, Lisboa, Seara Nova, 1945 (encontra-se aqui o essencial das ideias presentes em muitas das conferências feitas por Macedo na UPP acerca dos fins da educação e da função da universidade); "O que deve ser a Universidade Popular Portuguesa" de 1921 (ver II parte, II/2., pp. 53-57).

Estes os objectivos da recém criada Universidade Popular Portuguesa. Nascia portanto para um compromisso: "participar numa obra colectiva de mudança ou de prudente reforma da sociedade" (7), e começou por ser consagrada por um governo republicano também de compromisso. Canto e Castro, presente na inauguração, fora afinal o Presidente indigitado para assegurar a transição entre a anómala situação saída do sidonismo até à normalização institucional da "Nova República Velha", com a realização das eleições legislativas em Junho de 1919. Nos governos sob a sua presidência ficaram sobretudo mais conhecidas, porque politicamente mais espectaculares, as propostas do socialista Augusto Dias da Silva, convidado para a pasta do Trabalho. As leis que regulamentavam o horário de trabalho em oito horas diárias, a instituição dos seguros sociais obrigatórios e a formação do Instituto de Seguros Sociais e das Bolsas de Trabalho conheciam promulgação no governo de Domingos Pereira, o mesmo onde Leonardo Coimbra, como titular da pasta da Instrução, se abalançara a algumas reformas tendentes a insuflar nova vitalidade no panorama educativo e cultural português. Deve-se-lhe a reforma da Biblioteca Nacional e do Conservatório de Música de Lisboa, para além de outras que visavam o ensino primário, secundário e superior.

O mesmo ministro que nomeara para a Biblioteca Nacional Raúl Proença, como chefe dos Serviços Técnicos, e Jaime Cortesão, como director, e que entregara o Conservatório a Viana da Mota, viria na

---

<sup>7</sup> Antoine Léon, "Les pouvoirs politiques et l'éducation populaire au XIXe siècle", Les Cahiers de l'Animation, n°37, 1982, p. 14.

época também a assinar o decreto que considerava a Universidade Popular Portuguesa uma instituição de utilidade nacional por "estar destinada a contribuir poderosamente para uma larga e elevada obra de educação nacional". Atribuiu-lhe então um subsídio mensal, "destinado ao desenvolvimento da sua biblioteca, dos seus programas cinematográficos educativos e publicações de vulgarização" (\*). Encontramos, portanto, a mesma lógica de fomento cultural que o havia levado ao reconhecimento da necessidade de reformar a Biblioteca Nacional e o Conservatório de Música de Lisboa.

Na palestra feita aquando da inauguração, Leonardo Coimbra deixou vincado ser a "grande ansiedade de justiça" de "uma justiça integral", sentida entre o povo, uma legítima aspiração. No entanto, era imperioso "levantar um equívoco": "a progressão das modernas correntes sociais" não podia "impedir que a defesa dos mais altos valores: a Ciência, a Verdade e a Arte - se fize[sse] como uma necessidade humana". Evitar que a vida se materializasse e mostrar uma moral que "obriga[sse] o homem a produzir algo de belo e de bom" - eis o que conferia substância à educação do povo. E eram "os núcleos de valor intelectual", associados numa instituição como a UPP, que tinham a competência de assumir semelhante tarefa. Mas para o ministro, também o estado republicano se não devia eximir às suas responsabilidades sociais: afinal, "vindo até aquela casa", na pessoa do seu representante máximo, o Presidente da República, ou na figura institucional do organismo

---

<sup>8</sup> Introdução e art. 3º do Decreto nº5.781 de 10 de Maio de 1919 (este texto legislativo figura nas páginas finais do Estatuto da Universidade Popular Portuguesa - ver II parte, I/1., p.9).



que mais directamente cuida da educação da Nação, o ministério da Instrução, "mostra[va] que [era] necessário uma comunhão de vontades" (9). A Universidade Popular Portuguesa inaugurava-se assim sob um *beneplacito* oficial, reflectido dias depois na assinatura do decreto que lhe concedia um subsídio mensal e a isentava de franquia postal e imposto de selo.

Bem entendido, esta comunhão de vontades que unia uma livre iniciativa ao patrocínio estatal, resultava sobretudo de uma convergência de acção transitória e cúmplice, que voltaria a funcionar em 1923, quando a Universidade recebe um louvor público pelo "zelo e dedicação consagrados à obra de educação popular" (10), e no ano seguinte consegue a reactualização do subsídio. Devem-se estas benesses à intervenção de João Camoesas, o deputado do Partido Democrático que, quando ministro da Instrução, chamou a si competências pedagógicas para, sob o seu exercício ministerial, elaborarem um projecto de reforma de educação nacional e que em 1923 conheceria discussão pública. Entre elas contavam-se alguns elementos ligados à UPP e à Seara Nova (11). O próprio João

---

<sup>9</sup> "Universidade Popular Portuguesa. A sua inauguração", O Combate, 28 Abr. 1919.

<sup>10</sup> Portaria de 16 Abr.1923 (ver páginas finais do Estatuto da Universidade Popular Portuguesa..., que publica o texto da referida portaria - I/1., p.10).

<sup>11</sup> Ficou conhecida pela Reforma Camoesas esta "Proposta de Lei sobre a Reorganização da Educação Nacional", publicada em separata do Diário do Governo, de 2 Jul. 1923 e dias depois apresentada ao Congresso sem ter chegado a ser discutida. A ela estiveram ligados Faria de Vasconcelos e António Sérgio, para além da contribuição de outros elementos. Os dividendos políticos que dela tentou tirar Camoesas, apresentando-a como obra de um grupo, gerou francas controvérsias quanto ao reconhecimento da autoria do projecto e às responsabilidades individuais de cada um dos membros participantes. A fatia maior parece caber a Faria de Vasconcelos e uma contribuição assaz polémica a António Sérgio (ver a este propósito António Móvoa, Le Temps de Professeurs, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987, vol.II, pp.542-548 e Rogério Fernandes, "António Sérgio, Ministro da Instrução Pública", Revista de História das Ideias, nº5, 1983 pp.613-629 - ambos os

Camoegas, aliando a sua condição de político republicano à de expert formado na ciência médica, não deixou de oferecer os seus conhecimentos em matéria de higiene social, fisiologia e organização do trabalho aos operários do Arsenal do Exército e da Construção Civil, associações onde a UPP realizava conferências (<sup>12</sup>). Também do Ministério do Trabalho, através do Instituto de Seguros Sociais, a Universidade recolheu auxílio financeiro, apesar do grosso das suas despesas depender de recursos próprios. Todavia, e isto é o mais importante, a completa liberdade e autonomia de acção que gozará até ao fim de 1926 (<sup>13</sup>) mostra que o poder, tal como a consagrara, lhe reconhecia pelo menos uma função: a de trabalhar para o bem da República e para a paz social, ainda que entre os dirigentes e colaboradores da UPP se encontrassem intelectuais críticos dos desmandos do regime.

A capital da "Nova República" pós-sidonista passaria assim a contar

---

trabalhos transcrevem importante documentação, em particular correspondência pessoal).

<sup>12</sup> Tendo concluído o curso na Faculdade de Medicina em 1919, vem a defender tese final em 1925 sobre o tema "O Trabalho Humano". As suas conferências de divulgação incidiram em assuntos abordados neste estudo que, segundo as próprias palavras do autor, "visa [...] contribuir para a obra de renascimento lusitana", porque a "reconstrução social portuguesa, reduz-se essencialmente, à implantação de um sistema de organização científica do trabalho e à criação de valores novos, susceptíveis de a dirigir e executar" (introdução à tese, publicada em Lisboa, no ano de 1927, p.23-24). O "taylorismo", visto como uma medida de racionalização do trabalho e de dignificação do trabalhador consentâneo com as aspirações sociais da democracia política, teve nele um defensor e no programa da Universidade ponto de destaque. Azeredo Perdigão foi outro dos conferencistas que abordou o assunto (Ver grupo III/2.2, Quadros III, p.98 e 113 e VI, p.107). Ambos se contam entre os primeiros difusores das ideias de Taylor no nosso país (sobre esta questão veja-se o artigo de Marimú Pires de Lima, "Notas para uma história da organização racional do trabalho em Portugal (1900-1980) - alguns resultados preliminares de uma investigação em curso", *Análise Social*, S.3, V.14, n.ºs72-73-74, 1982, pp. 1299-1365).

<sup>13</sup> Em Dezembro de 1926, a série de conferências sobre Fisiologia do Trabalho, da responsabilidade de Camoegas, foi proibida pelo governo da Ditadura. O trabalho da UPP retomou-se em seguida, depois do seu Conselho Administrativo se ter comprometido a comunicar ao Comando Militar e ao Governo Civil de Lisboa todas as actividades que tencionava realizar. Deveria também enviar notas informativas para os jornais (ver notícia inserta em *A Batalha*, 12 Dez. 1926).

com mais uma associação que vinha reanimar o movimento de educação popular, em expansão desde o fim do século XIX através de instituições com actividades nos campos da instrução elementar, formação de adultos, educação cívica, assistência e protecção infantil, educação da mulher, higiene pública e social. A sua inauguração assinala um novo ciclo de desenvolvimento destas experiências educativas de carácter informal que o contexto gerado pela Grande Guerra obrigava a renovar e revitalizar. Viria também a ultrapassar em muito o quadro temporal característico do movimento de educação popular, dinamizado sobretudo pelas elites da burguesia liberal. De todas as instituições com objectivos semelhantes ou actividades afins, foi uma das que superou a vivência episódica - frequente nestas associações que nascem da iniciativa particular -, quase sempre com escassos recursos e problemas de organização, sem um corpo profissional remunerado a sustê-las e largamente dependente a sua continuidade do empenho individual dos elementos que as constituem, cujo comprometimento parte tão só de uma adesão voluntária feita em nome da responsabilização cívica e da solidariedade social. Apesar das crises enfrentadas e da necessária exigência de adaptação a novos contextos históricos, bem distintos da correlação de forças sociais que a originou, a Universidade Popular Portuguesa logrou ainda sobreviver à dissolução da República. O Estado Novo tolerou-a (<sup>14</sup>). Todavia, já não resistiria a mais um outro enquadramento político

---

<sup>14</sup> Conhecemos alguns textos contendo informações sobre a vida da Universidade após 1927. Para além dos transcritos e anotados na II parte, grupo V., pp. 152-159, veja-se o de Jaime Brasil, "A cultura popular", República, 14 Maio 1934 e a comunicação, não assinada, apresentada ao Congresso Internacional das Associações para a Protecção à Infância, Ce que c'est que l'Universidade Popular Portuguesa, Lisboa, Imprensa Lucas, 1931.

e social, como aquele que foi determinado pelas consequências da II Guerra Mundial no regime autoritário e corporativo de Salazar: em 1950, os responsáveis pela Universidade pronunciaram-se pela sua extinção, conduzida por uma comissão liquidatária <sup>(15)</sup>, tal como previam os estatutos.

A UPP fundara-se com o propósito genérico de "contribuir para a educação geral do povo português" <sup>(16)</sup>. De natureza privada, dispondo de recursos próprios, resultantes das cotizações dos sócios, de doações, ofertas e outros gestos de solidariedade individual e institucional, começou por colocar a sua sede na freguesia de Santa Isabel, em instalações cedidas pela Cooperativa "A Padaria do Povo". A iniciativa partiu de um núcleo de intelectuais republicanos que, acolhida a ideia de organizar um instituto de educação para adultos, concitaram em seu torno um grupo de apoio formado por professores do ensino técnico, liceal e superior, outros funcionários públicos - ligados aos serviços e administração do Estado -, comerciantes e alguns operários. Neste grupo contavam-se pois, ao lado de indivíduos com um certo anonimato, personalidades de projecção pública pelas suas actividades no campo das ciências e letras, ou mais especificamente no domínio do ensino, alguns com militância política e desempenho

---

<sup>15</sup> Informação obtida no artigo de José Salvado Sampaio sobre a "Universidade Popular Portuguesa", publicado in O Professor, nº31, 1981, p.8. Por uma citação nele incluída - cuja fonte não surge identificada pelo autor - ficamos a saber que terá sido terá sido Ferreira de Macedo, o fundador da UPP, a propôr a sua dissolução "atendendo a que as actuais condições de vida não permitem que se realizem os objectivos para que a Universidade Popular Portuguesa foi criada".

<sup>16</sup> Art. 1º do Estatuto da Universidade Popular Portuguesa, aprovado em Assembleia Geral, no dia 24 de Agosto de 1919, Tipografia da Biblioteca Nacional, s.d., p.3.

de cargos públicos, outros ainda conhecidos pelo seu trabalho de publicistas. Quase todos intelectuais, integrados num intenso movimento associativo, através de instituições de índole profissional, social e cultural. Unia-os um projecto: contribuir para a regeneração do país, no quadro da democracia política e segundo as ideias de progresso e reformismo social, postura esta formulada a partir de uma crítica, por vezes radical, ao funcionamento das instituições liberais republicanas, tanto políticas como sociais, incapazes de produzirem um modelo de desenvolvimento nacional. Unia-os também uma convicção: a de que "a causa mais profunda dos males" do país residia no "estado de ignorância e incultura moral e social do povo" (<sup>17</sup>), ou seja, na inexistência de uma cultura comum e partilhada entre as diversas classes sociais, e portanto só através de uma (re)educação se poderia conseguir produzir um acerto social e munir a Nação de um ideal colectivo, condição essencial para se desencadear uma transformação profunda e duradoura da sociedade portuguesa.

Foi com tal participação social e sequentes motivações que a UPP se constituiu. Destinava-se a um público adulto, potencialmente composto por todos os cidadãos "qualquer que seja a sua profissão, e qualquer que seja o seu lugar social" (<sup>18</sup>) e tinha por propósito genérico divulgar e difundir "aquela soma de conhecimentos científicos, literários, filosóficos e morais, que qualquer

---

<sup>17</sup> Ferreira de Macedo, Um pouco de História sobre o que tem sido a Universidade Popular Portuguesa (V/2., p.151).

<sup>18</sup> "Uma obra sã....", O Combate, 27 Abr. 1919.

indivíduo, como homem moderno e social, não pode ignorar" (19). Mas a função que neste campo a Universidade Popular Portuguesa chamava a si era entendida numa perspectiva de educação integral: formar o homem completo, em todos aspectos - físico, intelectual, moral, familiar, profissional e cívico -, de molde a que o cidadão tenha "o sentimento das suas responsabilidades e deveres" e sinta a necessidade de desenvolver uma "acção social", "pelo progresso colectivo" (20). Ou seja, tratava-se de promover a formação intelectual, a educação social e a elevação cultural das massas, e ainda desenvolver junto delas uma acção moralizante. Por isso, a par da difusão de uma cultura geral, introduzia-se no seu programa, e com uma cota não menos importante, objectivos que visavam a educação do gosto e da vontade, a formação do carácter, a correcção de hábitos e a incorporação de princípios de participação na vida cívica e social.

Para dar corpo a estes objectivos a Universidade Popular Portuguesa dispunha de um *Plano Geral Educativo* (21). Numa análise geral ao que os responsáveis da UPP foram escrevendo acerca dos propósitos da instituição, três grandes objectivos educativos aparecem a

---

<sup>19</sup> Ferreira de Macedo, Um pouco de história sobre o que tem sido a Universidade Popular Portuguesa (II parte, V/2., p. 151).

<sup>20</sup> Faria de Vasconcelos, O que deve ser a Universidade Popular Portuguesa - ver II parte, II/2., pp. 53-57.

<sup>21</sup> A partir da versão impressa conhecida, transcrevemos integralmente este Plano na II Parte, III/1./1.1., pp. 70-72. Houve a preocupação de insirir algumas anotações que explicassem a função de cada uma das actividades, bem como de assinalar os pontos do programa que a Universidade conseguiu concretizar. Recomenda-se ainda a leitura da nota 3 (p.70), onde fazemos algumas observações respeitantes à autoria e elaboração do respectivo Plano. Um termo de comparação entre o planificado e o realizado pode encontrar-se no Quadro I (III/2.1) "Síntese das actividades: mapas anuais" (pp. 82-93).

estruturar o plano de educação popular: divulgar uma cultura geral que atendesse a diferenciados ramos do conhecimento com a preocupação de introduzir o adulto numa interpretação positiva da sociedade contemporânea; sensibilizar para determinadas manifestações de natureza estética, artística ou recreativa o público da Universidade, no sentido da sua familiarização com práticas culturais que igualmente expressassem uma concepção edificante da vida; e, por fim, promover a importância da educação, quer numa perspectiva de auto-formação contínua do indivíduo, quer no âmbito da educação familiar ou de aspectos mais concretos do acompanhamento de adolescentes e crianças. Tendo em conta estes objectivos, o Plano incluía um conjunto de actividades diversificadas, assente em distintas modalidades e metodologias de transmissão cultural.

O núcleo de actividade estruturante, digamos assim, de todo o programa assentava antes de mais na organização de conferências permanentes e planeadas por séries segundo uma matriz temática (22). Prosseguia na manutenção de uma biblioteca na sede com um

---

<sup>22</sup> Estas séries de conferências, cada uma com 5 a 15 lições, deveriam a prazo constituir um "Curso Superior de Cultura Geral". Procurava-se seguir um plano previamente traçado, no qual constavam os seguintes assuntos: um primeiro grupo respeitava às ciências naturais e físicas, nele se introduzindo algumas questões filosóficas, como as hipóteses cosmogónicas, transformismo e evolucionismo; um segundo grupo ligava-se aos conhecimentos da ciência geográfica (física e humana), com incidência ainda em ramos que lhe eram então muito tributários, como a Antropologia, Etnografia e Arqueologia; vinha depois um outro relativo à saúde, higiene e educação física, estando nele contemplado também a puericultura; um quarto grande grupo temático, pela lógica dos assuntos focados, prendia-se de alguma forma com o título específico de um dos seus itens - "estrutura e funcionamento das sociedades humanas": incluía palestras sobre as diferentes actividades económicas, a organização do trabalho, noções de economia e direito e aspectos da organização política e social (quer através do recurso à exposição teórica de elementos de sociologia ou caracterizando as doutrinas sociais, quer focando questões mais concretas como o cooperativismo, o mutualismo ou a protecção social ou problemas mais vastos como o do imperialismo e colonialismo); surgia depois um outro grupo essencialmente de enquadramento: a história da civilização à cabeça, da ciência e das religiões em particular, com a contemporaneidade da Grande Guerra e do

serviço de consultas destinado a orientar a leitura, criando-se para as secções da UPP pequenas bibliotecas móveis (<sup>23</sup>). Definiu-se também uma política editorial com o objectivo de produzir instrumentos de informação adequados, ao lado de uma salão cinematográfico com um programa de filmes seleccionado. Dentro desta linha educativa, outras actividades de natureza cultural e mais sociabilizadora se pretenderam organizar, como as leituras públicas dominicais, visitas, excursões e passeios de estudo, festas, concertos sinfónicos e de câmara, orfeões e teatro. Já dentro de uma atitude mais assistencial se englobavam as experiências de educação familiar e infantil, representadas pela "Hora dos Contos", as Consultas para os pais e os serviços prestados pelo Laboratório de Psicologia Experimental ou pelo Instituto de Orientação Profissional que se tentou montar na Universidade.

A instrução elementar, para diminuir o analfabetismo, ou a formação técnica, destinada a habilitar o exercício de uma profissão, eram portanto funções educativas que caíam fora do programa da UPP, bem

---

estabelecimento da paz a merecer enfoque especial; os restantes grupos distribuíam-se por assuntos relativos à cultura (literatura, Belas-Artes, música, teatro, etc.) e à educação (formação dos pais e da mulher ou do homem em geral, numa perspectiva moral e à luz de uma ética social); um último grupo era consagrado inteiramente a Portugal: começava-se pelo seu reconhecimento geográfico e divulgação do património artístico, passava-se depois a aspectos relacionados com a economia, a sociedade e as colónias, e terminava-se com uma abordagem da "situação actual" e dos seus "grandes problemas nacionais", não sem esquecer a "História pátria", "A epopeia nacional" e as suas manifestações no campo da literatura e da música (ver na II parte, em especial: III/1./1.1 - "Plano que corre impresso" (pp. 70-72); III/2.1 - "Síntese das actividades - mapas anuais" (pp.82-93); III/2.2: Quadros III a IV - Distribuição numérica, temática e por conferente das conferências pp. 95-120).

<sup>23</sup> A organização de um serviço de leitura orientada constituiu uma das maiores preocupações dos responsáveis pela UPP. A ideia era instituir uma biblioteca popular modelo, com o apoio de um bibliotecário e de um serviço de consultas, empréstimo domiciliário e catálogos.



como não seria adoptada uma organização próxima da escolar . Funcionava diariamente em horário nocturno, com excepção dos domingos, sendo todas as actividades programadas de frequência livre. Muito poucas obedeciam a critérios de selecção etária e profissional. A inscrição ou qualquer outro controlo prévio também não constituiu regra. E mesmo as actividades que se aparentavam mais com as escolares, caso das conferências, cursos ou grupos de estudo, não estavam submetidas a qualquer tipo de avaliação. Não obstante, esta estrutura submetia-se a uma orientação pedagógica que os dirigentes da Universidade pretendiam que fosse específica aos seus objectivos, eficaz aos seus propósitos e adequada ao seu público. As inovações no campo do ensino e da pedagogia, algumas transpostas e já com tradição na educação de adultos tal como se praticavam em muitos países europeus, forneceram-lhes os instrumentos e meios. A utilização de audio visuais (sessões de cinema e projecções luminosas), algumas experiências no domínio da educação infantil (leitura, canto e dança) e familiar (aconselhamento aos pais), as intenções quanto ao aproveitamento ou rentabilização dos serviços da biblioteca (serviço de consultas e apoio especializado) e a organização de serões de arte, contam-se entre algumas das novidades, a par de um sector mais clássico à educação popular, como as conferências, as visitas de estudo e as edições de vulgarização que algumas boas décadas de experiências em educação popular tinham já banalizado.

A Universidade Popular Portuguesa, enquanto instituição educativa e face aos seus objectivos e público, inscreve-se deste modo num

espaço de acção social ainda não estruturado, seja pelas organizações do Estado, seja pela apropriação do terreno por outros grupos sociais e culturais concorrentes, como a Igreja ou o movimento sindicalista. Encontra-se pois aberto à livre iniciativa, formaliza-se dentro do modelo associativo e atrai, enquanto projecto, a intervenção de uma burguesia liberal, não afectada aos sectores da produção e ansiosa por desempenhar um maior protagonismo político e social. Dentro do campo onde opera - a educação -, a Universidade não se identifica como alternativa, ou sequer proposta concorrente, às estruturas de formação escolar. Afirma-se por uma actividade educativa suplementar, concebida para o quadro total da Nação, com ambições de gerar um movimento à escala do País e respondendo, portanto, perante a situação social, política e cultural portuguesa, num momento de evolução histórica de Portugal sentido como único e decisivo.

Estas ideias não eram todavia novas. Aquando da fundação da Universidade Popular Portuguesa já instituições similares tinham um percurso feito, à qual, pelo menos, duas gerações de intelectuais lhes haviam emprestado o seu concurso. A Academia de Estudos Livres e a Universidade Livre, ambas em Lisboa, fundadas, respectivamente em 1889 (<sup>24</sup>) e 1912 (<sup>25</sup>) e ainda em actividade, e as universidades

---

<sup>24</sup> A Academia de Estudos Livres constituiu a primeira experiência educativa concebida no modelo das universidades populares, embora só adoptasse semelhante designação em 1904, data em que aprova novos estatutos. Teve o seu período de maior projecção entre 1897 e 1914, data a partir da qual vai reduzindo a sua actividade. Em 1925 a revista Educação Social dá-a como inactiva. De orientação republicana e inspiração maçónica - Oliveira Marques diz mesmo ter sido fundada por esta instituição, "ligada sobretudo à loja Simpatia e União" - Dicionário da Maçonaria, vol. I, pp.13-15) - teve entre os seus dirigentes Bernardino Machado, Sá Oliveira e J. Cardoso Gonçalves e entre os seus conferencistas, Teófilo Braga, Miguel Bombarda, Manuel de Arriaga, Leite de Vasconcelos, Ladislau Batalha, César Porto, Agostinho Fortes, José de Magalhães, Pedro José da Cunha e Ribeiro

populares da Renascença Portuguesa no norte e centro do país, inauguradas após a implantação da República e que a Guerra veio suspender (<sup>26</sup>), foram exemplos entre outros mais efémeros (<sup>27</sup>).

Cristino (até 1914). As actividades desenvolvidas repartiam-se fundamentalmente por dois sectores distintos: um de natureza mais escolar, exigindo professores remunerados, matrículas e exames, associado à alfabetização ou à formação profissional (ensino primário para crianças e adultos e aulas nocturnas sobre certas disciplinas do ensino secundário ou técnico); outro mais informal, consentâneo com os princípios de divulgação cultural e educação social (conferências, excursões e visitas de estudo, concertos, biblioteca e festas comemorativas); e uma terceira área onde se denota a tentativa de desenvolver uma educação pré-primária ("Escola Maternal"), bem como favorecer a formação de professores do primeiro grau de ensino (Curso de admissão à Escola Normal) (para a história desta instituição consulte-se: as duas publicações editadas pela instituição - os Anais da Academia de Estudos Livres, Lisboa, 1912-1925/16 e A Mocidade, Lisboa, 1910-1911, bem como o Relatório da Direcção e parecer do Conselho Fiscal relativos ao ano de 1906 e 1º semestre de 1907, Lisboa, 1908; para a sua primeira fase, de 1889 a 1895, o artigo de Cardoso Gonçalves na Enciclopédia Escolar Progredior, Lisboa, 1930, pp.137-141.

<sup>25</sup> De inspiração republicana, foi promovida por um grupo de comerciantes da cidade de Lisboa, liderado por Alexandre Ferreira e com a participação da Maçonaria. A Universidade Livre funcionou regularmente até, pelo menos, 1927 com um programa de actividades dividido entre cursos de pendor profissionalizante (aulas sobre Matemática, Álgebra, Caligrafia, Taquígrafia, Dactilografia, Escrituração, Desenho, línguas), conferências de divulgação (sobre Astronomia, Economia, História, Geografia, doutrinas sociais, Ciência Política, Direito Civil, Comercial e Social, Higiene, Literatura e Educação), excursões e visitas de estudo (a museus, fábricas e estabelecimentos de ensino). Editou um boletim entre 1914 e 1916, intitulado Universidade Livre, bem como muitos folhetos e resumos de apoio às suas conferências, organizadas também em cursos. A partir de 1922 inaugurou a abertura de "Bibliotecas ao ar livre", uma das suas iniciativas mais famosas (foram estabelecidas em jardins - Estrela, S. Pedro de Alcântara, Campo Grande, Príncipe Real e Campo de Santana - cinco até 1925). Entre os seus conferencistas destacamos os nomes de: Carneiro de Moura, Agostinho Fortes, António Ferrão, Melo e Simas, Silva Teles, Tomás da Fonseca, Adelaide Cabete, Ezequiel de Campos, Mário de Castro, Rodrigues Miguéis, Simões Raposo, Câmara Reis, Teófilo Braga e Faria de Vasconcelos. Esta instituição foi estudada por Rogério Fernandes, Uma Experiência de Formação de Adultos na I República. A Universidade Livre para Educação Popular - 1911-1917, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1993, nela se encontrando as principais referências documentais para o período considerado. Igualmente o artigo de António Pedro Pita já citado, se debruça sobre esta instituição. Para as actividades desenvolvidas posteriormente, bem como para a identificação dos colaboradores, utilizámos o jornal A Batalha, entre 1919 e 1927. De salientar o texto constante no nº39 da Seara Nova, de Nov.-Dez.1924, p.54, dedicado às bibliotecas ao ar livre (fornece alguns dados sobre o número de volumes e leitores).

<sup>26</sup> Entre estas universidades, a do Porto foi a que mais regularmente funcionou, cessando actividade no ano lectivo de 1914/15. Houve em 1923 intenção de reabri-la, a acreditar em Câmara Reis ("A reforma da educação e o proletariado", A Batalha, 9 Ago. 1923), mas tal facto só ocorreu, e episodicamente, em 1928 (Paulo Samuel, A Renascença Portuguesa. Um perfil documental, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1990, pp.62-63). Promovida pelos círculos republicanos do norte do país, associados ao movimento cultural da Renascença Portuguesa, e com um plano de expansão à escala nacional, editou um quinzenário, intitulado A Vida Portuguesa, que constitui na prática um boletim de informação e reflexão em torno da necessidade, problemas e funcionamento destes institutos de educação de adultos. Teve a Universidade em Jaime Cortesão o principal dinamizador, secundado por Leonardo Coimbra, Álvaro Pinto e Teixeira de Pascoais. Para além destes, Cristiano Carvalho, António Correia de Sousa e Alfredo Coelho de Magalhães, todos membros dos corpos gerentes da Renascença, proferiram lições ou conferências, bem como outros intelectuais onde se encontram os nomes de Ezequiel de Campos, Pedro Indiveri, Gustavo Ávila Perez, Gonçalo Sampaio, Gustavo Bergstrom, Ferraz de Carvalho ou Augusto Casimiro. Estas palestras, organizadas em cursos nocturnos com número flexível de lições, têm por assuntos: o

Nestes termos, o trabalho realizado através do modelo das universidades populares - em alguns pontos programáticos distinto do exemplo da UPP a que nos vimos referindo, pois além da divulgação científica ou cultural e da educação social incluíam também algumas actividades escolares, nomeadamente aferentes à instrução primária e profissional - era uma modalidade de acção reconhecida entre a *intelligentzia* portuguesa e com poder de mobilização junto das novas elites saídas das camadas médias, que a estas instituições forneceram um contingente razoável de agentes educativos. Independentemente das conjunturas que as forjaram, as universidades populares visavam um público urbano e tinham a ambição de atender à magna questão do momento: a social. A conversão a um entendimento viam-na os seus promotores pela educação e cultura e os destinatários potenciais procuravam-nos na pequena e média

---

conhecimento científico e sua aplicação, em geral e em particular (biologia, botânica, física e química); a história e a literatura portuguesa, numa perspectiva política e de evolução dos movimentos sociais; a filosofia, através da exposição das suas correntes e pensadores; e por fim, algumas noções de higiene infantil. Semelhante vertente, associada a um programa informal de divulgação cultural, é completada por uma outra que respeita já a um programa escolar supletivo. São os cursos especiais nocturnos, sujeitos s matrícula e frequência, respeitantes ao ensino: do Português, Inglês, Alemão e Russo; da ortografia; das ciências; da história pátria e história da literatura portuguesa; das contas para o comércio, escrituração comercial, direito comercial; do desenho, modelação em barro, trabalhos manuais educativos; e da música. Todo este programa era ainda apoiado por um plano de editorial da Renascença Portuguesa do qual faziam parte a "Biblioteca Lusitana", dirigida por A. Coelho de Magalhães (publicaram-se 4 obras até 1915, mais 5 até 1923), "Biblioteca Infantil e Popular", dirigida por José Teixeira Rego (5 obras entre 1914 e 1916), e "Biblioteca de Educação", dirigida por António Sérgio (13 obras entre 1915 e 1920) (fontes: A Vida Portuguesa, 1912-1915 e Paulo Samuel, ob.cit.; estudos: artigos de António Pedro Pita, ob.cit., e Rogério Fernandes, "Cortesão e a Universidade Popular do Porto, idem).

<sup>27</sup> Como o caso da Universidade Livre do Porto, fundada 1902, numa associação entre republicanos e anarquistas e que não resistiu ao conflito de interesses entre estes dois grupos (ver: Campos Lima, O Movimento Operário, Lisboa, Guimarães, 1910; "A Universidade Livre do Porto", O Vintém das Escolas, S.2, fasc.8, 16 Jan. 1904; Álvaro Pinto, "Universidade Livre e Universidade Popular", A Vida Portuguesa, n.º19, 1 Nov. 1913, p.146 e "Inaugurou-se a Universidade Livre", A Batalha, 13 de Fev.1925). Sabemos também da intenção, supomos que lograda, de se fundar uma universidade popular em Lisboa em 1905, proposta por Feio Terenas e aceite pelo Grémio Lusitano. Pelo O Vintém das Escolas ficamos a conhecer quais os objectivos da iniciativa a que a Maçonaria dava o seu concurso ("Universidade populares", S.3, fasc. 29, 1 Dez.1905) e a composição da comissão de estudo para a sua constituição: Magalhães Lima, como Presidente e F. Terenas como secretário (S.3, fasc.21, 1 Ago. 1905).

burguesias que vivia do comércio, no funcionalismo público, no ensino ou noutras profissões liberais e no operariado. Isto era o que entendiam por povo. Mas fundamentalmente não resistiram a privilegiar e a tentar capitalizar algumas das relações mantidas com as elites operárias ou com os intelectuais que se moviam na esfera do anarquismo e sindicalismo. Através deles a UPP conseguiu aproximar-se do movimento operário, ganhando das suas associações a vontade de uma parceria social: 10 secções da Universidade foram abertas em sedes de sindicatos operários e na sua direcção ou no corpo de colaboradores tiveram assento militantes sindicalistas e intelectuais libertários. A acção pela cultura conseguira pelo menos um diálogo, na rectaguarda daquilo que a acção política comprometeria irremediavelmente a partir de 1920: o divórcio completo entre o movimento operário e o regime republicano (28).

Mas estas universidades traziam igualmente consigo uma tradição. Tinham nascido com o movimento republicano do fim do século, e permaneceriam como uma herança cultural a que os dirigentes republicanos não se escusavam a agraciar. A presença do Presidente da República, de ministros e autoridades da administração municipal em actos comemorativos, inaugurações de anos lectivos ou tão só visitas às instalações eram frequentes nestas e noutras instituições de educação popular. Este apoio, ainda que traduzido na atribuição de subsídios, define-se melhor nas fronteiras do

---

<sup>28</sup> Uma síntese sobre a dificuldade política dos governos republicanos de reger as pressões das forças vivas e conter a radicalização do movimento operário pode ler-se em António José Telo, Decadência e Queda da I República Portuguesa, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980, 2 vols.

louvor oficial concedido pelo poder (<sup>29</sup>). Ou seja, apresenta um carácter eminentemente simbólico, ancorado num círculo de cumplicidades pessoais e de grupo. A Universidade Popular Portuguesa também não ficou excluída desta aprovação.

Com o fim da I República e perante as novas condições políticas criadas com a alteração do regime, as universidades populares veêm-se esvaziadas da sua primitiva expressão social, e naturalmente desaparecem, com excepção da UPP, que sobreviveria mais duas décadas ao tempo histórico que consagrou a educação popular. Por esta razão, quando evocada, a Universidade Popular Portuguesa de imediato remete para duas memórias históricas distintas. A mais próxima associa-a a um núcleo cultural oposicionista ao Estado Novo, de resistência portanto, onde a acção do seu director, Bento de Jesus Caraça, surge muito evidenciada. A outra, mais remota e mais imprecisa, projecta-se na figura do seu fundador, Ferreira de Macedo, e vive de uma imagem idealizada: o tempo onde os primeiros e vanguardistas esforços de "democratização cultural" tiveram lugar, pelo empenhamento dos intelectuais republicanos e progressistas em promoverem a difusão do saber junto do operariado.

A UPP realiza portanto dois percursos diferentes. O primeiro decorre durante a segunda fase da República, desde a fundação, em

---

<sup>29</sup> A Academia de Estudos Livres foi louvada em 1913 pelo ministro da Instrução António Joaquim de Sousa Júnior "pelos patrióticos serviços em benefício da instrução, base do progresso da Pátria Portuguesa" (Anais da Academia de Estudos Livres, n.º 7-8, Ago.-Out.1913) e pelo ministro João Camoesas, juntamente com a Universidade Popular Portuguesa, em 1923. A Universidade Livre de Lisboa e a Universidade Popular do Porto beneficiaram de subsídios camarários e a primeira ainda de um auxílio da Provedoria Central da Assistência Pública.

1919, até aos primeiros anos da Ditadura Militar. Acompanha assim a agudização da crise do liberalismo e o esgotamento das suas soluções políticas, e beneficia de um apoio social que se vai desmembrar: ao envelhecimento e retirada de uma geração de intelectuais que com ela colaborava, junta-se o exílio dos mais activos, a reinserção mais ou menos pacífica de outros nas novas condições políticas ou o relativo isolamento dos mais resistentes; o associativismo, quer profissional quer cultural, é coarctado, definhando progressivamente um dos meios de circulação de ideias e reunião de grupos constituídos que alimentavam não só uma reflexão de natureza educativo-pedagógica, como muitos dos projectos criados no âmbito da educação popular; e, se o ideal em que assentava a UPP, humanista e universal, não era posto em causa com o fracasso da democracia, a verdade é que em última instância, ele se concretizava e tinha em vista a harmonização e o progresso sociais dentro daquele quadro político. Desaparecida a condição essencial onde se finalizava o modelo, a sua prossecução futura exigiria naturalmente reajustamentos. É assim num enquadramento profundamente transformado que a história da UPP prossegue no seu segundo período, delimitado pela consolidação do Estado Novo e pelo primeiro embate que o regime autoritário e corporativo teve de enfrentar no contexto político favorável aos regimes democráticos gerado pela II Guerra. Tornar-se-ia uma ilha de resistência, mas estamos em crer só uma ilha para as vozes de alguns resistentes, tão pouco eficaz na sua mobilização social que o regime autoritário, pese embora a provável vigilância sobre ela exercida, a tolerou. A instituição em si já não tinha poder, reduzida em 1934

"a um limitado número de rapazes cheios de fé e de boa vontade e aos velhos que se mant[inham] firmes no seu posto" (30): o que restava portanto de uma geração republicana desiludida e de um movimento anarquista decadente.

São assim duas histórias diferentes. É a que corresponde à do período republicano que nos propomos compreender, no sentido em que ela representa uma forma de sociabilização política e uma modalidade de intervenção social das elites, característica da I República. Trata-se de compreender o papel dos intelectuais na sua expressão mais moderna. Ou seja, a assunção de um grupo que, com a formação de um sistema parlamentar e perante a existência de uma opinião pública, elaborou mecanismos próprios de intervenção política e comportamento social, com um papel bem determinado na sociedade: é "quando no Estado constitucional o espaço público se torna um meio de formação democrático da vontade, que o intelectual encontra o seu lugar específico" (31). A Universidade Popular Portuguesa constitui uma entre outras modalidades por onde opera esta "sociedade" intelectual e a conjuntura que a determina - a crise do liberalismo - um palco privilegiado para a entender.

---

<sup>30</sup> José Carlos de Sousa, Universidade Popular Portuguesa. Uma Curta História desta instituição, (ver V/4.)

<sup>31</sup> Jürgen Habermas, Écrits Politiques, Paris, Les Editions du Cerf, 1990, p.26.



## 2. O "pára-raios":

A formação da Universidade e a projecção de uma imagem.

"O mundo moderno será, em grande parte, o que for a educação das massas proletárias": esta curta e peremptória constatação de Raul Proença é tão evidente que a essência do problema se torna mesmo indiscutível: "Quem se atreveria a negar este axioma - quem seria bastante surdo para não ouvir o ribombar longínquo da trovoadas que se aproxima? E quem, conhecedor da trovoadas, seria bastante abúlico para não tentar ao menos a aplicação dum pára-raios?" (<sup>1</sup>).

Não estamos a escutar uma voz original nem isolada. Pelo contrário, expressa, numa alegoria feliz, um sentimento e uma convicção partilhada pela elite intelectual republicana do seu tempo. Todavia, Proença é um intérprete privilegiado, não só por se encontrar na fundação da Universidade Popular Portuguesa - primeiro como membro do grupo de especialistas consultado pela Comissão organizadora e já depois como vogal do primeiro Conselho Administrativo eleito -, mas sobretudo pelo papel desempenhado adentro do círculo de pensamento e de reunião de intelectuais ao qual está ligado a Universidade Popular Portuguesa: a Seara Nova. Com efeito, ele vinha sendo desde a implantação da República uma das figuras emblemáticas do republicanismo crítico, e naquele grupo se afirmava como o analista por excelência do rumo da política

---

<sup>1</sup> "As bibliotecas populares e o mundo moderno. O que há a fazer em Portugal", Anais das Bibliotecas e Arquivos, S.2, V.1, Abr.-Jun. 1920 (transcrito in António Reis (prefácio, selecção e notas), Raúl Proença. Antologia, vol.2, Lisboa, Ministério da Cultura, 1985, p. 327).

republicana e, juntamente com Jaime Cortesão e António Sérgio, como doutrinário. Talvez por isso, devolve-nos, tal como o fez para a sua geração, os pressupostos objectivos do sentido político que efectivamente dão expressão aos anseios mais profundos de uma acção pela cultura. Deveremos nestes termos perguntar: o que então se esperava da educação popular, em que medida aparecia relacionada com um campo de reflexão política e como surgia também a induzir práticas determinadas de intervenção social por intermédio de um grupo que, investido de uma competência, tinha um papel específico no funcionamento da sociedade democrática - os intelectuais.

Retomando aquela sugestiva imagem meteorológica, facilmente se lê um apelo para uma intervenção preventiva face à catástrofe que se desenha no horizonte: a "aplicação de um pára-raios" que atenda à revolta social e deste modo pudesse criar condições para que as aspirações de participação política, de justiça social e de melhoria das condições económicas reivindicados pelos trabalhadores dessem lugar a uma organização da sociedade mais perfeita. Escreve a nossa fonte: "nenhum sistema, nenhuma montagem da máquina social pode suprimir a necessidade de uma direcção, de várias direcções": às elites cabe pois orientar, mas também servir as massas, no sentido de criar um entendimento pleno, uma harmonia de interesses. Isto faz-se justamente através da educação popular, considerada mesmo uma "medida urgente de salvação pública" (2).

---

<sup>2</sup> Ibidem.

Para que serviriam então as universidades populares, os cursos de adultos, o teatro, a conferência, entre outras modalidades educativas? E porque são estas tomadas como programa de acção moral e consideradas medida tão objectiva como outras de carácter político ou económico necessárias à reforma do regime republicano, o qual não é, naturalmente, estranho à premente e ameaçadora questão social? Porque só através de uma acção educativa, de socialização, que integre, de cima para baixo, numa mesma mundividência diversos grupos sociais se pode evitar a ruína do sistema democrático. Essa trovoadas social que se temia não era mais do que o perigo de subversão do regime pelo ataque das forças à sua esquerda, justamente aquelas que operavam pela constituição de um apoio social baseado em movimentos de massa (<sup>3</sup>). Tal a motivação profunda que explica o aparecimento da Universidade Popular Portuguesa em 1919. O seu programa educativo pretendia, portanto, responder à crise do liberalismo, na perspectiva em que a divulgação de uma cultura política - empregue aqui a expressão no seu sentido mais lato -, fortemente alicerçada na determinação de princípios éticos e comportamentos sociais, e assente num conjunto de propostas reformistas tendentes a renovar a eficácia daquele modelo político, surge como meio de integração social nomeadamente junto dos grupos operários seduzidos por alternativas mais extremistas, mas também tendo em conta as classes médias, onde o

---

<sup>3</sup> Não se perdiam de vista igualmente as demais forças anti-liberais, como integralistas e católicas. Todavia, se "uma acção social católica" se tentou organizar nos fins do século XIX, depressa a República anti-clerical, fazendo prevalecer a importância da questão religiosa sobre a questão social, a desmobiliza. Sobre este assunto ver: Braga da Cruz, As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo, Lisboa, Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1978.

divórcio e o indiferentismo para com a República democrática as torna permeáveis a uma ditadura salvífica. Esta fronteira oscilante e nem sempre muito nítida no que toca ao público potencial das universidades populares, é a que pensamos traçar melhor os limites de uma acção concebida para as massas.

É claro que quando Ferreira Macedo, director e principal organizador da Universidade, diz ter a instituição por objectivo "contribuir para a cultura geral das diversas classes do país, cultura cuja falta se considerou a principal causa das constantes desgraças da Pátria, e o maior impedimento ao seu progresso" (4), estava a conferir-lhe uma dimensão muito mais intemporal, dentro aliás de uma linha percorrida pela tradição republicana que desde o fim do século XIX alimentava este discurso e cujo tema aflorava, junto com a tese da decadência nacional, praticamente em toda a produção intelectual. Mas, se nas racionalizações políticas que acompanham o desenvolvimento do liberalismo em Portugal, a educação das massas se oferece como condição para o progresso social, o desenvolvimento económico e a democratização política, já os motivos que lançam o debate com intensidade redobrada, como nos últimos anos da Monarquia Constitucional e agora nos anos 20, se encontram ligados a contextos históricos bem determinados.

Embora a educação popular se concretize num processo de aprendizagem extra ou pós escolar e numa acção didáctica, os seus

---

<sup>4</sup> Notas resumidíssimas sobre a fundação da Universidade Popular Portuguesa, ver II Parte, V/1., p.146.

fins educativos não constituem, como bem observa Labourie, e outros estudiosos da educação popular (<sup>5</sup>), a sua única finalidade explícita: "Presque toujours, dans le champ de l'éducation populaire (...) la finalité éducative est reliée à des ideologies qui mettent em jeu des finalités éthiques, politiques et sociales" (p.156). Para o interior do processo educativo fazem encaminhar, portanto, uma leitura múltipla dos problemas sociais, tornando-o "a face cultural de debates e combates políticos muito vastos" (<sup>6</sup>). Razão porque o militantismo cultural, que anima experiências como a Universidade Popular Portuguesa, se manifesta em especial num quadro de crise económica e sócio-política (<sup>7</sup>).

Esta atitude e os seus conteúdos, nos quais se incluía tanto a escolarização e a formação profissional, como a assistência social e a divulgação cultural, sem esquecer as orientações que os atravessavam, pelas diferentes concepções e modalidades de difusão do saber naturalmente subjacentes aquelas práticas diferenciadas, imprimiram ao problema da educação popular uma autêntica dimensão nacional. Só nestes termos poderemos perceber que à época não era possível encontrar corrente política ou grupo de opinião, organizados em partidos, em associações ou movimentos culturais que

---

<sup>5</sup> Entre outros trabalhos, salientamos os de Antoine Léon, Histoire de l'Éducation Populaire en France, Fernand Nathan, Paris, 1983 e de Geneviève Poujol, "Éducation populaire, éducation ouvrière", Les Cahiers de l'Animation, nº34, 4º trimestre, 1981 (excluindo a obra já citada desta autora).

<sup>6</sup> R. Labourie, "Éducation populaire et animation socio-culturelle", Les Cahiers de l'Animation, nº34, 4º trimestre, 1981, p.54.

<sup>7</sup> Ver a este propósito Evelyne Ritaine, Les Stratèges de la Culture, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1983 e R. Labourie, "De la moralisation à l'expression du moi", Éducation Permanente, 62-63, 1982, pp.155-169.

não tenham agitado em algum momento a bandeira da educação popular. O assunto amiúde era debatido em reuniões científicas, tratado em revistas especializadas, reclamado em intervenções públicas e a imprensa dava-lhe a publicidade devida (\*). E muitos os que se manifestavam e se prestavam a colaborar em instituições com o cariz da UPP: designadamente, ministros, professores, jornalistas, médicos, engenheiros. A questão mobilizava também organizações de estudantes e jovens, feministas; e operárias. Esta circulação de ideias estimulou e era suportada por um movimento associativo que, a partir do advento da República, passava a ter um sistema político que não lhe punha qualquer entrave, antes a consagrava.

Talvez não seja, pelo exposto, redutora a interpretação que fazemos da argumentação de Raul Proença, nomeadamente se atendermos ao contexto histórico descrito pelo próprio Ferreira de Macedo quando, volvidos já alguns anos, evocava as razões que o levaram, juntamente com amigos seus, a fundar em 1919 a UPP: "atravessava-se um momento histórico crítico", pautado pelo "fim da primeira grande guerra" e a "grande convulsão russa"; segundo aquele professor, "a confusão de ideologias era pavorosa" e "a ansiedade pelo futuro tremenda", sendo por isso um dos caminhos necessários a seguir

---

<sup>8</sup> Talvez o exemplo mais cabal desta realidade se encontre no facto de através da imprensa ser possível reconstituir, com fidelidade razoável, as actividades de uma instituição como a Universidade Popular Portuguesa. Situação semelhante deverá ocorrer para outras associações de educação popular, pois muitos elementos informativos reparamos existirem sobre, a título de exemplo, a Academia de Estudos Livres e Universidade Livre (isto para as publicações da capital). Outro exemplo constitui a projecção dada pela imprensa ao Congresso Nacional de Educação Popular, realizado em 1922 na capital. Também por ela conseguimos um levantamento das teses discutidas e dos trabalhos efectuados nas diferentes sessões. O Século dá mesmo ao Congresso honra de primeira página, com um artigo a cinco colunas e no centro inserindo fotografias de 18 congressistas (17 Abril 1922).

"promover a educação intensa das massas humanas, elevar o seu nível mental e moral, colocá-las à altura da sua missão histórica que, então, parecia imediata e fatal" (9). Resta inventariar aqui quem se encarregaria do projecto materializado na Universidade Popular Portuguesa.

Nos termos expressos por aquelas afirmações, a Universidade Popular Portuguesa nasceu de um punhado de intelectuais apostados em protagonizar a transformação das mentalidades e em proporcionar à maioria dos cidadãos um modo de se cultivarem. Mas eram mais concretamente as propostas de regeneração e de reforma da República que - antes exibidas por um grupo de intelectuais ligados à Renascença Portuguesa e que a partir de 1921 se reagrupavam na Seara Nova - viabilizaram a conjugação de esforços para o aparecimento da instituição. Estamos antes do mais perante uma crítica, desenvolvida a partir do interior, ao bloqueio do regime democrático, vinda de um grupo de intelectuais - nesta acção liderado por Ferreira de Macedo - que se vinha auto-proclamando a consciência da Nação. Importará pois conhecer, passo a passo, a estrutura desta sociabilidade intelectual.

Principiaremos por analisar, com mais detalhe, o perfil daquele que viria a ser o executante da UPP, António Augusto Ferreira de Macedo. De facto foi ele quem apresentou a ideia de fundar uma universidade popular em Lisboa no bairro onde residia, dinamizou os

---

<sup>9</sup> "Um depoimento", Labor, nº141, Jun.1954, p.655.

trabalhos para a sua concretização, delineou o programa educativo, administrou-a, foi a imagem pública dela, fez as conferências inaugurais, tratou da abertura das secções, sendo ainda o pivot principal na arregimentação do núcleo de colaboradores que lhe haviam de dar forma e caminhos futuros.

Na altura da fundação, Macedo tinha pouco mais de trinta anos, estava prestes a concluir a licenciatura em Matemática - o que lhe permitiria mais tarde ser assistente no Instituto Superior Técnico e criar vasta obra no domínio da álgebra e da geometria -, no meio de aulas que leccionava em diversos estabelecimentos do ensino secundário e técnico, nomeadamente no Liceu Pedro Nunes e na Escola Marquês de Pombal. O seu percurso desde jovem estudante - nesta qualidade integrando os núcleos académicos da Liga de Educação Nacional em 1908, até ao ano de 1921, data em que surge no corpo directivo da revista *A Seara Nova* como uma das vozes competentes para sobre as questões pedagógicas se pronunciar - evidencia preocupações e ligações que permitem associar este personagem a uma sociabilidade cultural bem definida. Embora se lhe não conheça antes da fundação da UPP nenhuma actividade especial onde desenvolva aquilo que considera ser uma obrigação dos "homens instruídos", justamente a de iniciar a educação do povo, enquanto "o Estado não toma consciência plena do problema" <sup>(10)</sup>, nem por

---

<sup>10</sup> Conclusão da conferência "A educação popular: o que é, o que deve ser e como praticar-se em Portugal", destinada a ser apresentada em 18 Maio de 1908 no âmbito dos trabalhos da Liga de Educação Nacional, o que não se veio a verificar por aquela instituição a considerar demasiado ousada face aos recentes acontecimentos do movimento estudantil em Coimbra in António Ventura, "No Centenário de António Augusto Ferreira de Macedo (1887-1987)", *Revista da Biblioteca Nacional*, S.2, V.2, nº1, Jan-Jun. 1987, p. 111.



isso deixa de estar desligado das pessoas ou das instituições que levam por diante esforços de acção e reflexão no domínio educativo-pedagógico em nome de uma transformação da sociedade portuguesa. Muitos dos futuros colaboradores da UPP e associados da Liga de Educação Nacional, da Liga Nacional de Instrução ou da Sociedade de Estudos Pedagógicos, conhece-os no Liceu Pedro Nunes (1911-17). Além do mais é amigo próximo de Raul Proença e não se mantém insensível ao apelo lançado pela *Renascença Portuguesa*: em 1911 aparece no comité de Lisboa, em cujo manifesto, redigido por Proença, se pode ler ter esta associação de intelectuais republicanos por fim "criar em Portugal duas coisas absolutamente novas: uma elite consciente, uma opinião esclarecida" (11). Tudo leva a crer, portanto, serem desta altura os contactos de Macedo com os seus futuros companheiros da Seara Nova. Estes, como bem sabemos, depressa entram em ruptura com a orientação imposta à *Renascença* por Pascoais e Leonardo Coimbra: ao Saudosismo nacionalista opõem, tal como o descreveu António Sérgio - um dos intelectuais dissidentes e também ele fundador da Universidade -, "um espírito de livre pensamento, de universalismo, de humanismo crítico, de amor da liberdade intelectual e cívica, de democracia política e social" (12). Em suma, pretendemos demonstrar que, quando chegou o ano de 1919, Ferreira de Macedo já conhecia o discurso pedagógico moderno e - porventura mais decisivo - os

---

<sup>11</sup> Texto do manifesto intitulado "Ao Povo. A 'Renascença Portuguesa'", in *A Vida Portuguesa*, nº22, 10 Fev. 1914, p.12.

<sup>12</sup> "Sobre as correntes incluídas na 'Renascença Portuguesa' e seu destino", in Jaime Cortesão/Raúl Proença. *Catálogo da Exposição Comemorativa do Primeiro Centenário (1884-1984)*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1985, p.53.

indivíduos capazes de sustentar um projecto no âmbito da educação de adultos a ser desenvolvido em todo o território nacional, relacionando-se com o escol do pensamento mais progressista (<sup>13</sup>).

A Universidade Popular Portuguesa acompanha assim o movimento reformista que vem marcando a evolução da experiência política liberal portuguesa. Aparece concretamente para ocupar um vazio, primeiro no território da educação popular - onde as instituições existentes deixaram com a Guerra de funcionar - e reflecte em segundo lugar as propostas do grupo seareiro que, enfileirando na "extrema esquerda da República", acha todavia que a transformação da sociedade actual deverá ser feita "dentro da ordem, dos métodos democráticos", rumo ao "triunfo do socialismo" (<sup>14</sup>). Apesar da revista *Seara Nova* só se constituir em 1921, o grupo em si mesmo nasce quase em simultâneo com a UPP. A coincidência de datas é na

---

<sup>13</sup> Até 1943, ano em que ascende a professor catedrático do Instituto Superior Técnico, Ferreira de Macedo distribui as suas actividades profissionais pelo ensino nas escolas industriais Rodrigues Sampaio e Afonso Domingues entre 1923 a 1942, e pelo Instituto desde 1927, com uma passagem pela Biblioteca Nacional, nos anos 1920-23, onde trabalhou como chefe dos Serviços Administrativos. Para além de escritos de carácter científico que foi publicando em diversas revistas, e dos manuais que escreveu sobre álgebra, trigonometria e geometria, a educação popular mereceu-lhe igualmente especial atenção: apresentou uma tese ao Congresso Nacional de Educação Popular, em 1922, cujos pontos de vista então enunciados sobre a colaboração das escolas técnicas com as universidades populares, aparecem integrados no projecto de reforma da educação nacional de João Camoesas, elaborado em 1923; participou nas actividades da Sociedade de Estudos Pedagógicos, da Associação de Professores de Portugal e da Liga de Acção Educativa. Em 1947 viu-se afastado da cátedra em virtude da sua colaboração no MUD (secretário da Junta Consultiva) e na Candidatura de Norton Matos à Presidência da República. Até 1924, a administração e projecção da Universidade Popular Portuguesa, bem como a organização dos seus trabalhos, dependeu quase exclusivamente do empenhamento deste matemático, muito auxiliado por Faria de Vasconcelos; a partir de 1925/26, ainda que não tenha abandonado a instituição, outras personagens, por si convidadas a participar na UPP, tendem a substituí-lo nas tarefas administrativas, nomeadamente José Carlos de Sousa. Para uma visão mais plural da vida e obra de Ferreira de Macedo consulte-se a completa bio-bibliografia realizada por António Ventura e publicada na *Revista da Biblioteca Nacional*, S.2, V.2, n.º1, Jan.-Jun. 1987, pp.109-136. Já atendendo à imagem que dele tiveram alguns dos seus colaboradores da UPP, vejam-se os textos transcritos na II parte, grupo V. da autoria, respectivamente, de José Carlos de Sousa e Alexandre Vieira.

<sup>14</sup> Texto de apresentação do grupo *Seara Nova* publicado in *Seara Nova. Antologia*, Lisboa, Seara Nova, 1971, p. 95.

verdade flagrante. Jaime Cortesão é nomeado em 1919 director da Biblioteca Nacional e Raul Proença encarregado de lhe reorganizar os serviços técnicos. Emerge assim o famoso "Grupo da Biblioteca" <sup>(15)</sup> constituído por personalidades e agrupamentos diversos e cuja grande parte se irá empenhar na dinamização da nossa Universidade.

Na amálgama de personalidades que emprestariam o seu nome à UPP trataremos doravante de identificar, entre dirigentes e colaboradores, quais as que tomaram realmente em mãos o projecto.

A Universidade Popular Portuguesa começou por resultar modestamente da iniciativa de um grupo de moradores do bairro de Campo de Ourique. À volta de Ferreira de Macedo e do pintor Conceição Silva - cunhado do primeiro - outros elementos se juntaram, com vista aos trabalhos preparatórios que culminariam na inauguração de Abril de 1919. Esta comissão organizadora era preenchida basicamente por um conjunto de professores do ensino técnico e liceal - como António Ezequiel Pereira, Miguel Espírito Santo Oliveira (pintores), Álvaro Ribeiro Barbosa e Álvaro Valente de Almeida -, por funcionários superiores da Administração Central - Abel de Assunção, Urbano de Castro e Alberto Jorge Potier -, pelo tipógrafo João de Sousa e o guarda livros Eugénio Costa. Cuidaram estes de tarefas práticas de organização, beneficiando do apoio de uma comissão consultiva que definiu os objectivos pedagógico e cultural do projecto. Nesta

---

<sup>15</sup> Sobre o "que era, em que consistia aquilo que se chamou o Grupo da Biblioteca?", existe este depoimento de David Ferreira, publicado in Jaime Cortesão/Raul Proença. Catálogo da Exposição Comemorativa do Primeiro Centenário (1884-1984), Lisboa, Biblioteca Nacional, 1985, pp.305-313.

comissão encontramos um conjunto de individualidades que em comum têm, na generalidade, acção docente ou obra pedagógica reconhecida, e alguns deles experiência política, tais como: Marques Leitão (vice presidente da Liga Nacional de Instrução e director da Escola Industrial Marquês Pombal), Adolfo Lima (pedagogo libertário e introdutor das ideias da Educação em Nova em Portugal), Pedro José da Cunha (matemático e reitor da Universidade de Lisboa), Mira Fernandes (matemático e catedrático do Instituto Superior Técnico de Lisboa), José de Magalhães (médico, autor do plano geral do ensino nacional em 1911), Sá Oliveira (reitor do Liceu Pedro Nunes e dirigente da Academia de Estudos Livres), Reis Santos (assistente da Faculdade de Letras), Ferreira Simas (professor na Escola do Exército e no Instituto de Odivelas, deputado e ministro), Cirilo Soares (assistente da Faculdade de Ciências) e Silva Teles (médico e professor universitário), para além da colaboração prestada por Raul Proença e António Sérgio. Se é verdade que a documentação não permite avaliar até onde se estende a influência de cada uma destas figuras na concepção do projecto, já a observação da composição dos corpos gerentes da Universidade e do grupo de colaboradores mobilizados para assegurar a execução do programa educativo até 1924, consente algumas observações genéricas capazes de esclarecer quais as personalidades que mais decisivamente influem na Universidade e o seu respectivo grupo socio-cultural de pertença.

Até ao ano em que se realizam as segundas eleições para a administração da UPP - justamente 1924 -, a instituição é orientada pelo seu grupo fundador. Mas aqui começa por se detectar alguma

selecção e mesmo diferentes níveis de aderentes: no plano deste núcleo inicial aparecem várias figuras centrais cujo peso é mais vincado - Macedo, Conceição Silva, Ribeiro Barbosa, Sá Oliveira e Marques Leitão -, por serem personalidades implantadas na comunidade pedagógica lisboeta, capazes de aglutinar os restantes, amigos do bairro ou da actividade profissional. Alguns são comerciantes, quadros superiores, operários e docentes, vindos estes do liceu Pedro Nunes ou de diversas escolas técnicas, ocupando na UPP lugares puramente administrativos, de carácter mais técnico (conselho fiscal) ou completando as listas dos demais organismos na qualidade de suplentes (<sup>16</sup>); na maior parte dos casos não chegam a desenvolver trabalho como conferentes ou outras actividades pedagógicas (<sup>17</sup>).

Depois vêm as "individualidades de grande prestígio" (<sup>18</sup>), figuras de grande projecção, a maior parte delas a meio tempo nas actividades da UPP. São digamos os intelectuais do topo da hierarquia do grupo. Na linha interpretativa de Ory e Bourricaud, entendemos esta condição no sentido em que desempenham uma função não determinada pelo seu estatuto profissional - de sábios, cientistas ou artistas, criadores ou pensadores -, mas antes por

---

<sup>16</sup> Ver II parte, grupos I/2., pp.15-17 e IV., pp. 135-143, respeitantes à identificação dos dirigentes da UPP.

<sup>17</sup> Apesar de não podermos confirmar na documentação, por certo que a sua importância se deverá relacionar com alguma das variáveis seguintes: ligação à maçonaria, a estruturas partidárias ou associativas, pela sua capacidade em cooptar sócios, em arranjar fundos ou outros auxílios. O mesmo se pode pensar sobre a dezena de operários que integram os primeiros corpos gerentes.

<sup>18</sup> Ferreira de Macedo, Notas resumidíssimas.... (II parte, V/1., p.147)

uma intervenção destinada a repercutir-se no terreno político e caracterizada pela capacidade de comunicar a todos os sectores uma visão articulada dos problemas e das realidades contemporâneas (<sup>19</sup>). Aparecem na comissão consultiva e transitam para os Corpos Gerentes, ocupando postos suplentes do Conselho Administrativo, como Raul Proença e Adolfo Lima ou lugares mais 'honoríficos, casos de Pedro José da Cunha e Marques Leitão.

Mas, é dentro deste sector socialmente mais destacado que surge a força da UPP, embora algumas não cheguem a passar pelos seus corpos administrativos. Estamos a pensar agora em Faria de Vasconcelos (<sup>20</sup>), Câmara Reis, João Camoesas, Emílio Costa ou Adolfo Lima. Aqui se encontram os colaboradores mais dedicados, empenhados em diversificadas tarefas e que recrutam outros, seja do meio universitário, artístico, sindical e até político. Trata-se de um

---

<sup>19</sup> Pascal Ory e Jean-François Sirinelli, Les Intellectuels en France, de l'Affaire Dreyfus à nos Jours, Paris, Armand Collin, 1986; François Bourricaud, Le Bricolage Idéologique. Essais sur les Intellectuels et les Passions Démocratiques, Paris, P.U.F., 1980.

<sup>20</sup> António Sena Faria de Vasconcelos (1880-1939): Concluída a licenciatura em direito, parte no início do século para a Bélgica, onde se doutora em Ciências Sociais pela Université Nouvelle de Bruxelles. Começa então um percurso, dominado pela pesquisa e estudo na área da educação que, de 1904 a 1920, se constrói fora de Portugal (Bélgica, Suíça e América Latina). É um pedagogo, na verdadeira acepção do termo, cujo prestígio lhe vem quer da docência em Psicologia e Pedagogia na Universidade Nova de Bruxelas e no Instituto Jean Jacques Rousseau, quer da actividade desenvolvida nos Laboratórios de Psicologia juntamente com de De Greef e Claparède. Criador e fundador de uma escola, considerada das primeiras concebidas segundo o modelo da Educação Nova, é também responsável pela reorganização do ensino normal em países da América Latina. Após algumas tentativas anteriores para se fixar em Portugal, só em 1920, quando vem em férias, aqui permanece. Empréstia então à UPP algumas das suas ideias nos domínios da educação infantil ("Hora dos Contos"), familiar, de adultos e orientação profissional. É por esta altura que se integra na comunidade intelectual da capital: está na fundação da Seara Nova, trabalha na Biblioteca Nacional e ganha o concurso da Faculdade Letras, passando aqui a leccionar. O Instituto de Orientação Profissional "Maria Luísa Barbosa de Carvalho", que organizou e pôs a funcionar, constitui, quíça, uma das referências maiores do trabalho desenvolvido por Faria de Vasconcelos. É a reforma Camoesas, da qual é autor, uma mítica referência: no projecto, que não chega a conhecer discussão parlamentar, toda a educação nacional, do nível pré-primário ao extra-escolar, assenta numa nova organização e metodologia, conforme aos princípios da Escola Nova e das modernas correntes pedagógicas.

núcleo, politicamente variado, do republicanismo independente ao anarquismo e será determinante para a trajectória futura da Universidade (<sup>21</sup>). À esquerda, imprimiu-lhe uma imagem aberta e tolerante capaz de alcançar o mais importante dos desideratos: a conquista do movimento operário que, significativamente e a partir de 1924, irá ocupar a direcção da UPP.

---

<sup>21</sup> As conferências constituiram, a par do cinema, da biblioteca, e mais tarde dos serões de arte, a actividade hegemónica. Cerca de 70 indivíduos dos mais diversos meios, em diferentes momentos colaboraram no programa de palestras da Universidade. No total, organizaram-se à volta de 76 séries para 453 lições - variando o número de lições por cada série entre 2 a 21 -, e pontualmente intercaladas por conferências ocasionais, que chegaram às 51 (Ver III/2.2., Quadros II (pp. 95-96) e III (pp.97-100)). No elenco docente encontram-se entre outros:

Vieira de Almeida, professor de História e Filosofia da Faculdade de Letras; João do Couto, historiador e crítico de Arte; Armando Lucena, pintor e professor do ensino técnico; Ferreira de Mira, médico, professor universitário e político; Júlio Vilhena, Barbosa Sueiro e Adelino Costa, médicos e professores universitários; Bettencourt Ferreira, professor da Faculdade de Ciências; Manuel Maria Coelho, oficial do exército, elemento interveniente no 31 de Janeiro, depois Governador de Angola; Brito Camacho, médico e político republicano conservador; Ramada Curto, dramaturgo e político socialista; Ferreira de Simas, membro do partido republicano, ministro e professor do Instituto de Odontologia; Sobral de Campos, advogado e defensor jurídico da C.G.T.; Perpétuo Cruz, economista; Campos Lima, advogado, jornalista e editor anarquista; Moqueira de Brito, crítico de arte e anarquista; Viana da Mota e Freitas Branco, músicos. As mulheres estão representadas por: Adelaide Cabete, Maria O'Neil e Vitória Pais, do movimento feminista; Ema Romero Câmara Reis, musicóloga e pianista; Maria de Jesus Conceição Silva, pintora miniaturista e directora da Associação Jardins-Escolas João de Deus. Aparecem finalmente, alguns estudantes, como Bento de Jesus Caraça, e quase todos os elementos associados à Seara Nova, como, Augusto Casimiro, Peres Trancoso, Jaime Cortesão e Mário de Castro.

### 3. A eleição de um público:

Da instalação na sede de uma cooperativa ao estabelecimento de secções nas organizações operárias.

A Universidade Popular Portuguesa começou os trabalhos de organização em Janeiro de 1919 e meses depois reunia já as condições julgadas suficientes para dar início à sua actividade. Abriu em Abril, apoiada, em sintonia de propósitos, por uma Cooperativa, em cujas instalações estabeleceu a sua sede: "A Padaria do Povo".

Esta é uma aliança associativa que ultrapassa muito em significado as motivações logísticas inicialmente na origem da ideia de alugar parte daquele espaço, por a Cooperativa dispôr de uma ampla sala para conferências, uma das actividades mais importantes a desenvolver pela Universidade. Com efeito, quando se incumbe o guarda-livros Eugénio Costa, membro da comissão organizadora da UPP que, "junto da Direcção da Cooperativa, averiguasse da possibilidade de se alugar a sala", o acolhimento dos dirigentes cooperativistas traduz bem as suas expectativas: não só "a sala [é] cedida gratuitamente", como a ideia de constituir uma universidade popular recebida de forma "entusiástica e inteligente" (1).

Mas se àquela associação parecia interessar um instituto de

---

<sup>1</sup> Ferreira de Macedo, Notas resumidíssimas sobre a fundação da Universidade Popular Portuguesa (ver II parte, V/1.).



educação de adultos, à UPP a coordenação de esforços trazia outras vantagens. Começava por facilitar a implantação num espaço geográfico onde a Universidade se pretendia consolidar numa primeira etapa de desenvolvimento do seu projecto educativo e do qual a Cooperativa, enquanto fenómeno associativo, era elemento de sociabilização: o núcleo populacional de Campo de Ourique, bairro habitado pela média e pequena burguesia, com uma população académica e com zonas operárias limítrofes. Por outro lado, exprimia-se a aproximação de duas instituições que se imbricavam profundamente numa ideologia de renovação social. A Universidade não iria perder de vista o cooperativismo. Além do mais, o movimento tinha adeptos, e de peso, no seu grupo promotor, alguns deles sócios da Cooperativa. Impunha-se portanto orientá-lo.

Reis Santos, um dos conferencistas que mais se empenhou nos primeiros anos de vida da UPP em explicar os factores da crise nacional e as soluções para o ressurgimento do país, colocava justamente ao lado das universidades populares o cooperativismo (<sup>2</sup>). Tal paralelismo de intervenção, bem simbolizado neste professor universitário, pois além de ser um dos intelectuais que colaborou na afinação do projecto da Universidade era o Presidente da Federação Nacional das Cooperativas, ia mesmo mais longe em intenções. No I Congresso Nacional Cooperativista, realizado em 1921, o secretário-geral da Universidade, Ferreira de Macedo,

---

<sup>2</sup> Estamos-nos a referir à série intitulada A História de Portugal e o Estado da Sociedade Contemporânea, apresentada no ano 1920-21 em oito palestras. Estes temas já haviam sido abordados no ano anterior na série, O Estado Actual da Sociedade Contemporânea e voltaram a ser parcialmente retomados na conferência inaugural da 3.ª secção, no Barreiro (1921) (ver referências contidas nos Quadros IV e VI do grupo III).

concluía que "sem uma larga e forte educação popular" o movimento não lograria sedimentar-se, propondo para isso duas medidas: que parte dos lucros das cooperativas se investissem num programa educativo e que se adoptasse, como meio mais adequado, o modelo das universidades populares (<sup>3</sup>). Mas outro importante activista da UPP no início das anos 20 se encarregaria, como delegado da Universidade, de cuidar da educação dos cooperativistas: Faria de Vasconcelos, autor da tese em 68 Bases apresentada ao Congresso com o título "Organização e funcionamento duma escola primária tipo". É assim, tendo em atenção que "o cooperativismo não poderá realizar a missão que se propõe se não tiver uma base e um objectivo nitidamente espirituais", dadas "as preocupações de carácter económico [se] deve[rem] subordinar a princípios de carácter social" (<sup>4</sup>), que um dos representantes máximos do movimento internacional da Educação Nova elabora um projecto para a Federação das Cooperativas. Pensado com todos os detalhes, concebido para se expandir a nível nacional e destinado a assegurar de princípio a educação de cooperativistas, Faria de Vasconcelos preocupa-se ainda com a formação do pessoal superior, fornecendo um plano para a realização de cursos especiais (<sup>5</sup>). Cursos similares achava ainda aquela pedagogo constituir também competência da UPP.

---

<sup>3</sup> Tese apresentada ao Congresso com o título "As Universidades Populares e as Cooperativas". As conclusões vêm publicadas no jornal A Batalha, de 14 Jun.1921.

<sup>4</sup> Revista Escolar, nº 9, Setembro 1921, p. 283.

<sup>5</sup> Ibidem, p. 288. Assinale-se que neste Congresso participaram também outros elementos ligados à Universidade como José de Magalhães, Urbano de Castro e Celestino Soares.

Quer assumindo directamente o encargo, através da Universidade, quer influenciando iniciativas autónomas, por aconselhamento especializado - numa função aliás que os estatutos previam e o Conselho Pedagógico em teoria deveria executar (<sup>6</sup>) -, a atenção manifestada em relação à difusão do movimento ou à preparação específica de elites cooperativistas parece ter estado, de facto, no horizonte de acção da UPP. O assunto constava do plano temático de conferências e no boletim da Universidade reservava-se-lhe uma secção: era considerado um "interessante movimento", sobre o qual havia "muito que dizer" para "se pôr as coisas no seu verdadeiro lugar" (<sup>7</sup>). Aparecia ainda nos cursos especiais, nomeadamente naqueles que de modo particular se destinavam ao exercício de "carreiras" "inteiramente novas" - segundo a própria expressão de Faria de Vasconcelos -, ou seja, profissões onde não havia um sistema escolarizado a conferir-lhe formação especializada. É assim a par de outras propostas relacionadas com a actividade profissional, encarado o trabalho não como "um fim em si, mas [como] um dos meios de se realizar fins superiores" - "pois toda a profissão deve ser exercida com um fim cívico, social e altamente humano" - que se introduzem os cursos para "formação do pessoal das cooperativas" (<sup>8</sup>).

Apesar destas intenções não se terem concretizado - tanto quanto

---

<sup>6</sup> Ver o que a este propósito escrevemos no grupo respeitante à "Organização e administração" da Universidade na II parte, I/1., p.6 e I/2., p.14.

<sup>7</sup> "O nosso jornal", Educação Popular, nº1, Abril 1921, p.6.

<sup>8</sup> Faria de Vasconcelos, O que deve ser a Universidade Popular Portuguesa, II/2., p.56.

nos é dado conhecer os aludidos cursos ficaram apenas no programa delineado por Faria de Vasconcelos, e mesmo nas conferências a abordagem do tema restringiu-se a uma ou outra palestra, como também a revista não lhe pode dar seguimento, uma vez que só se publicou em 1921 e 1922 e muito irregularmente -, é relevante o interesse manifestado pelos responsáveis da Universidade face a este movimento associativo. A participação no I Congresso Nacional Cooperativista de duas das figuras mais importantes na elaboração do projecto da UPP, quer em questões teóricas como organizativas, mostra a tentativa de integrar num plano de educação popular um sector determinado de formação e um público específico. Vamos ver que outras actividades da UPP se desenvolveram em torno de definições sectoriais de público, onde se cruzam critérios de classes com papéis sociais bem determinados, o que implica uma ideia de organização da sociedade e das relações sociais, bem como a detecção dos pontos de conflito face ao poder e uma perspectiva de os atenuar pela reintegração dos diversos grupos sociais com aspirações e estatutos diferentes adentro da sociedade civil. Estas observações parecem ter alguma pertinência se levarmos em conta que as propostas reformistas da elite intelectual republicana - em particular os círculos culturais onde se movem os promotores da UPP, do qual a Seara é o melhor exemplo - se alicerçam num discurso anti-liberal do ponto vista económico, de pendor socialista e muito centrado na denúncia da plutocracia, onde o cooperativismo emerge naturalmente como modalidade de intervenção capaz de reverter no terreno económico as profundas desigualdades sociais que afectam a sociedade portuguesa e todo o funcionamento da sociedade política



democrática (9). Mas a dimensão política deste fenómeno associativista não era clara nas suas consequências mais profundas. Quer dizer, não se tratava de uma revolução, de uma alternativa ao capitalismo, mas de uma correção, de um aperfeiçoamento da democracia política. Por isso era preciso "pôr as coisas no seu verdadeiro lugar" (10), sobretudo no momento em que o movimento cooperativista em Portugal dava mostras de querer sair das tímidas fronteiras onde até então vinha permanecendo: de 1919 para 1920 o número de cooperativas saltava de 136 para 421 e o de associados de 43 000 para 100 000; ainda que esta tendência comece a declinar em menos de três de anos, a verdade é que à data da organização do Congresso - Junho de 1921 -, ele continua em crescimento, pois no ano de 1922 a relação cooperativas/sócios situava-se, respectivamente, em 472 para 116 000 (11).

À data da inauguração e com um programa ainda limitado, face ao seu plano educativo e desígnios de expansão, a UPP surgia assim nas dependências de "A Padaria do Povo", algumas no entanto alugadas. Após obras de adaptação, dispunha do essencial para começar a exercer a sua actividade educativa: uma sala para conferências; um

---

<sup>9</sup> Salientem-se alguns trabalhos que sobre o grupo e a publicação Seara Nova trazem importantes contributos de análise: António Ventura, O Imaginário Seareiro. Ilustradores e Ilustrações da revista Seara Nova (1921-1927), Lisboa, INIC, 1989; Manuel Villaverde Cabral, "The Seara Nova Group (1921-1926) and the ambiguities of portuguese liberal elitism", Portuguese Studies, Londres, King's College, n.º4, 1988, pp. 181-195; Fernando Parello Lopes, "O liberalismo decadente da Seara Nova (algumas hipóteses)", O Fascismo em Portugal. Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980, Lisboa, A Regra do Jogo, 1982, pp.141-165; prefácio de Sottomayor Cardia a Seara Nova. Antologia (1921-1926), vol.1, Lisboa, Seara Nova, 1972.

<sup>10</sup> "O nosso jornal", Educação Popular, n.º1, Abril 1921, p.6.

<sup>11</sup> A. H. de Oliveira Marques (dir.), História da 1.ª República Portuguesa. As Estruturas de Base, Lisboa, Iniciativas Editoriais, s.d. [1978], p.418.

"salão cinematográfico" com um aparelho de projecções de filmes emprestado pela Lusitânia Film; um espaço destinado à biblioteca, com um fundo de 600 volumes, grande parte deles oferecidos; e reservado aos serviços administrativos, uma secretaria e um gabinete de direcção. Pesem embora os esforços que posteriormente os dirigentes da Universidade desenvolveram para renovarem as suas instalações, tentando ou a aquisição de sede própria, para a qual chegou a existir um projecto traçado pelo architecto José Urbano de Castro, sócio da UPP (<sup>12</sup>), ou a obtenção de um edifício cedido pelo Estado, não viram sucedidos os seus intentos até 1927. Permaneceram fielmente na Cooperativa da rua Projectada à Almeida Sousa, depois Luís Derouet, em instalações modestas e nada satisfatórias, na opinião de Ferreira de Macedo (<sup>13</sup>), para a função educativa que a Universidade Popular Portuguesa pretendia exercer.

Não apenas o espaço, relativamente exíguo, não se adequava já a uma outra projecção da UPP, que entretanto diversificara actividades e dera início à sua expansão, quer abrindo secções em Lisboa, quer sendo solicitada para intervir em outros pontos do país, como a sua disposição e apresentação interna não obedeciam aos critérios pedagógicos desejáveis, de acordo com uma subtil e exemplar educação cívica e social, e até mesmo estética. Com efeito, a sede não dispunha de um salão de estar, importante local informal de reunião. Como centro de sociabilidade, faltava também à UPP a

---

<sup>12</sup> Ver Relatório do Conselho Administrativo ..., I/3, p. 34.

<sup>13</sup> Idea, p. 35.

conveniente reconstituição de "um meio atraente" de molde a que todos os "associados se encontra[ssem] e se habitua[ssem] a uma vida superior de intensas e harmónicas relações sociais" (<sup>14</sup>). Nele deviam pontuar com rigor "o asseio", o "bom gosto" e a "beleza"; em termos decorativos não mais se conseguira que uns quantos quadros com estampas de botânica e zoologia, uns mapas geográficos e uns cartazes mandados imprimir pela Universidade contendo "pensamentos e frases escolhidas de grandes escritores, pedagogos e filósofos" (<sup>15</sup>). Se pela palavra autorizada de Condorcet, Fichte, Anatole France ou Renouvier, estes cartazes afixados nas paredes familiarizavam facilmente os frequentadores da Universidade com ideias de acção e mobilização sociais (<sup>16</sup>), ou ainda outros exaltando as virtudes do saber e definindo uma conduta moral ou os preceitos de uma vida regrada, bem de acordo com a ideologia subjacente ao programa da Universidade, mais sem embargo se achava idealmente ser necessário, nomeadamente no que toca à divulgação da arte e sua introdução no quotidiano: Ferreira de Macedo lamenta a inexistência de "cópias de quadros artísticos, estatuetas, fotografias de vultos notáveis" da história de Portugal (<sup>17</sup>).

---

<sup>14</sup> Ibidem.

<sup>15</sup> Ibidem.

<sup>16</sup> Não conhecemos nenhum destes cartazes, mas a revista da Universidade, Educação Popular (1921-1922), insere algumas frases escolhidas e pensamentos que, senão são idênticos aos escolhidos para os cartazes, se encontram decerto dentro da mesma orientação ou fontes doutrinárias. A valorização do associativismo, através de Fichte, de um ideal que a humanidade lentamente realiza, com Anatole France, da ilimitada possibilidade da espécie humana atingir a felicidade e a virtude, de Condorcet, ou ainda, entre outros, da imprescindível aliança da elite intelectual com o povo como condição de reparação da injustiça burguesa, de Renouvier, são de facto ideias estruturantes e sempre retomadas pelos dirigentes e colaboradores da universidade.

<sup>17</sup> Relatório do Conselho Administrativo ...., I/3., p.35.

Apesar das arroladas limitações, um jornalista de *A Batalha* não deixa de descrever a Universidade, em 1921, com algum enlevo. A casa "tem sossego, harmonia e ordem". Encontra o "ambiente agradável" e "as suas salas claras e limpas", mas o que mais lhe atrai é a biblioteca, com "altas estantes cheias de livros" onde "tudo se encontra bem catalogado", sem deixar de reparar na sala de conferências, que considera "uma verdadeira aula" (<sup>18</sup>). Passados os anos de maior vitalidade, e quando a progressiva decadência e alguma apatia a parecem vitimar, sobretudo numa fase em que o quadro dirigente já se renovou e a mobilização em torno do projecto educativo da Universidade começa a ser feito por outras lutas e combates, introduzidos pelas alterações políticas ocorridas com a Ditadura Militar, a imagem física das instalações da Cooperativa é contrastante com a de 1921, ano em que a Universidade Popular Portuguesa deixa de ser a associação do bairro de Campo de Ourique para ganhar uma reputação nacional. Bem reflexo dos novos tempos, em 1928 a sede necessitava de "obras", ou de "uma limpeza geral": tem um "aspecto vergonhoso", "absolutamente contraditório com os [seus] propósitos educativos" (<sup>19</sup>).

Na simples antinomia entre a idealização de um espaço e a sua própria negação podemos nós encontrar alguns dos traços estruturantes de todo o projecto da Universidade. O que em 1928 as instalações reflectiam era muito mais do que o abandono de um

---

<sup>18</sup> "Dá-se bom pão de espírito ali na Universidade Popular", *A Batalha*, 14 Jan. 1921.

<sup>19</sup> Plano de trabalho apresentado pelo Dr. Ferreira de Macedo, III/1.4, p.80.



elementar cuidado material. Tratava-se de facto da abdicação de exercer um magistério espiritualmente superior, consubstanciados os seus mais lídimos resultados na ambiência social, exemplar e edificante, que a Universidade, dentro do seu próprio espaço físico, seria capaz de sugerir e fazer viver. Se o sossego, a ordem e a harmonia sociais assentavam num entendimento entre as classes, unidas em torno de um ideal comum, semelhante comunhão passava por um trabalho de racionalização de hábitos e comportamentos tanto individuais como colectivos, exigindo-se deste modo uma orientação moral metódica e consistente que, penetrando todas as actividades, se desenvolvesse mesmo em atenção a certas necessidades de um público considerado quer por níveis etários quer por determinadas funções sociais. É na assunção intrínseca do primado educativo, entendido como aperfeiçoamento moral, sobre o recreatório, encarado como deleite, que a função da Universidade se define perante possíveis equívocos. Ora, é por isso, na inversão destes termos, que ela se esvazia também de sentido, pelo menos em relação ao modelo original.

O que Ferreira de Macedo no *Plano de Trabalho* apresentado em 1928 considera ser avesso aos objectivos da Universidade, remete justamente para a mitigação do seu papel formativo. A instituição, pelo que nos é dado perceber através dos comentários críticos do então Presidente do Conselho Administrativo, havia cedido a facilidades que abalavam mesmo o seu prestígio. De agremiação ambicionando ser polo dinamizador de um movimento de educação popular à escala nacional tornara-se pouco mais do que uma

associação de bairro cujo móbil atractivo se determinava por uma frequência desenraizada do projecto que lhe conferia unidade. As "sessões de cinema [...] degeneraram num divertimento desordenado", "aproveitando (no mau sentido) apenas ao rapazio e às meninas namoradeiras do bairro" (20); as sessões de arte também não cumpriam os objectivos educativos para que foram criadas; as conferências realizavam-se fora de qualquer planificação sistemática; e a biblioteca descurava a propaganda e orientação da leitura. O público era muitas vezes recolhido fora do contingente de sócios e mobilizava-se por uma procura sectorial, cingida a uma certa sociabilidade recreativa.

Com efeito, todas as actividades da UPP se guiavam intencionalmente por uma função didáctica, mesmo aquelas que de modo aparente se poderiam afastar duma prática de imediato reconhecida como instrutiva. No "Plano Geral" as sessões de cinema realizavam-se tendo em conta princípios educativos, bem como as festas, que deveriam ter valor moral ou as excursões que se destinavam a estudo. No mesmo sentido iam as sessões de arte, a leitura, o jornal e o desporto. Mais do que fomentar o "consumo" cultural, cujo imenso e atractivo sector de oferta composto pelo cinema, espectáculos teatrais, musicais e desportivos, imprensa e literatura se abria cada vez mais às massas, tratava-se de fornecer um modelo de consumo cultural, construído na base em oposição à procura popularizada. O critério qualitativo, numa correspondência

---

<sup>20</sup> *Ibidem.*

entre bom e mau, edificante e delassante, construtivo e gratuito, parte da oposição entre educativo e recreativo para a síntese entre estes dois elementos: o segundo não existe sem o primeiro. Se a arte não podia ser "um simples deliciamento do espírito e dos sentidos", mas antes "um factor admirável de educação e aperfeiçoamento moral", nem toda a arte todavia se constituía como tal: era exactamente a que tendia para "a representação da vida", aquela mesma que "arranca[va] à essência das coisas o seu natural e exacto significado" (<sup>21</sup>) que cumpria a função desejada. Dentro destes parâmetros se encarava o cinema, a literatura, a música, o teatro. Tudo deveria ser "edificador da consciência, da moral e do intelecto" (<sup>22</sup>). Tudo deveria ser submetido a uma rigorosa escolha e promoção junto dos associados e mesmo de outras instituições por onde se procurava estender a influência da acção educativa da Universidade.

Este problema colocava-se de modo muito particular para as modalidades de difusão cultural relativamente independentes da intervenção de um intermediário. De facto, nos cursos, conferências e consultas a transmissão de um corpo de saberes e regras cobria vários domínios de aprendizagem e exigia um "professor", sendo assim a orientação a emprestar àqueles discursos mais facilmente realizada. Mas outras actividades havia onde a autonomia do consumo

---

<sup>21</sup> Conferência proferida por Nogueira de Brito sobre "A influência da música na educação popular", palestra introdutória ao serão de arte organizado na sede da Universidade em 24 Mar.1927 e publicada in Educação Social, A.4, nº4 (79-80), 15 Abr. 1927, p.1 (ver programa do serão no grupo III/2.4, p.128).

<sup>22</sup> José Carlos de Sousa, "Uma sessão de arte na Universidade Popular Portuguesa", A Batalha, 2 Fev. 1926 (ver programa no grupo III/2.4, p.126).

impunha uma regulação mais estreita. Não era só preciso difundir a necessidade da leitura e da cultura artística. Parecia sobretudo imprescindível educar o "bom gosto", revelar onde estava a beleza e ensinar a reconhecer, através das manifestações superiores do espírito, as mais altas aspirações do homem e da civilização.

Câmara Reis, um dos colaboradores mais assíduos da Universidade e responsável por uma série onde abordava "As Questões Morais e Sociais na Literatura", conferências estas insistentemente desdobradas por anos e secções (<sup>23</sup>) e que, refira-se, acolhiam especial favor da imprensa operária, define bem, numa nota introdutória à coluna de crítica teatral que assina na *Seara Nova* algumas das exclusões e juízos constituintes desta concepção de cultura. Naquela crónica mensal não poderá o leitor encontrar comentários aos "revisteiros triunfantes" nem "às comédias depravadoras do bom-senso e do bom gosto". É que, apesar da popularidade dos géneros, há o dever de não se ficar indiferente perante a "repugnante e intolerável depravação pública" que constituem a "maior parte dos cinemas [-] uma escola de vício para adolescentes" - ou "quase todos os espectáculos de declamação", considerados "um arremedo de arte, com o dichote reles, trescalando a vinho e a obscenidade crua ou velada, com o aperitivo erótico das coristas e das actrizes que descambam para a farça grosseira" (<sup>24</sup>). Emílio Costa, outro colaborador da Universidade, propõe mesmo

---

<sup>23</sup> Ver II parte, III/2.2., pp. 98, 113-115.

<sup>24</sup> "Teatros", *Seara Nova*, 15 Outubro 1921, p.31.

nas conclusões da tese "Os factores dinâmicos da educação em todos os seus aspectos e especialmente no ético", enviada ao Congresso Nacional de Educação Popular, "o saneamento das casas de espectáculo", e defende "a redução ao mínimo das notícias sobre crimes sensacionais e sobre delitos de menores", bem como "a eliminação do anúncio-prostituição e do anúncio-burla" de molde a reduzir a influência, considerada perniciosa, da imprensa periódica (25).

É sempre com esta preocupação moralizante que se vão desfilando discursos didácticos e tentando uma aculturação alternativa pela organização de sessões de cinema e de arte, de palestras e conferências, e se concebe um serviço na Biblioteca destinado à propaganda e aconselhamento da leitura. Em vez do degradante "film cómico-chulo" (26), as virtudes dos documentários históricos, geográficos e científicos ou fitas de enredo, desde que reunissem qualidade; em substituição das revistas e farsas, os dramas de Garrett, Ibsen ou Maetters; no lugar dos folhetins evasivos ou dos assuntos sensacionalistas, os romances sociais ou o conhecimento dos problemas políticos e económicos do momento; e na música, se alguma indecisão se parece detectar, não deixa de se perseguir a ideia de realizar concertos sinfónicos ou dar a conhecer peças operáticas e clássicas.

---

<sup>25</sup> Pontos V e VI das conclusões desta tese, publicadas no jornal A Vitória, de 15 Abr. 1922 ("O Congresso de Educação Popular").

<sup>26</sup> "Um serão de arte na Universidade Popular Portuguesa", A Batalha, 2 Fev. 1926.

Se o teor do discurso que se perfila no *modus* de integrar certas actividades culturais dentro do programa da Universidade é fundamentalmente de conteúdo ético e intenção formativa, para outras actividades, quer por natureza identificáveis a um processo de aprendizagem suplementar à educação escolar, quer encaradas como modalidades de apoio social dispensadas pela instituição, os objectivos moralizantes predominam com igual intensidade. Todo o exercício educativo parte e se ultima em um conjunto de opções éticas face ao trabalho, à família e à vida em geral, revertidos numa imagem do homem e do cidadão que se pretende integrado e operante na sociedade democrática. É o projecto assim concebido nesta totalidade envolvente que nos aparece fragmentado em 1928, pelo diagnóstico feito ao funcionamento da Universidade por Ferreira de Macedo. Ora, fora na verdade a ideia de um instituto de educação social e não a de uma associação comprometida em assegurar uma ou outra actividade de animação cultural que lhe garantira a mobilização e projecção sociais conhecidos nos seus primeiros anos.

Cumpra aqui desvelar, pelas finalidades duma educação assim concebida, o público a que se dirigia um programa de acção social e cultural porfiado na regeneração do homem e na reforma das instituições. Se o caso em estudo confirma a hipótese interpretativa de Rioux, segundo a qual os objectivos da educação popular "*n'était peut-être pas de créer une culture nouvelle mais de rehabiliter le 'populaire', de faire accéder le peuple à culture des cultivés*", já a conclusão fundamental desta tese se assevera de mais difícil explanação: "*une culture dominante mieux partagée*

n'est ce pas le meilleur pour selectionner des élites nouvelles?"  
(<sup>27</sup>).

A Universidade Popular Portuguesa destinava-se nem mais nem menos que ao povo. Mas a definição substantiva dessa entidade, em simultâneo inferior e soberana, surge formulada com algumas variantes discursivas. A noção distende-se ou reduz-se, e sob esta construção ideológica se escondem e descortinam intenções, as mais das vezes reveladas por circunstâncias particulares, mas quase sempre surgindo para manipular "interesses", "preconceitos" e sobretudo "fantasmas sociais" (<sup>28</sup>), o maior deles a luta de classes, baseada que na oposição de interesses. Para Ferreira de Macedo, povo significa "toda a massa da população" (<sup>29</sup>), constituída pelos "adultos de todas as classes sociais" (<sup>30</sup>), das "mais elevadas até às mais ínfimas" (<sup>31</sup>). Tem mesmo a preocupação de corrigir um erro corrente: só "vestígios de velhas distinções sociais que nada significam hoje senão a estreiteza de espírito de certas pessoas que se julgam cultas" é que justifica a

---

<sup>27</sup> Jean-Pierre Rioux, "Entre deux guerres, entre deux sociétés", Les Cahiers de l'Animation, nº32, 2º trimestre 1981, p.15 (número consagrado à "Education Populaire 1920-1940", Jornadas organizadas pelo Institut National d'Education Populaire).

<sup>28</sup> Pierre Bourdieu, "Vous avez dit 'populaire'?", Actes de la Recherche en Sciences Sociales, nº46, 1983, p.98.

<sup>29</sup> Ferreira de Macedo, Um pouco de história sobre o que tem sido a Universidade Popular Portuguesa, II parte, V/2.

<sup>30</sup> Ferreira de Macedo, Educação Popular, II parte, II/3., p.60.

<sup>31</sup> Ibidem.

identificação simples do povo com a classe trabalhadora" (<sup>32</sup>). Este mesmo povo, sobre o qual deve recair a acção educativa da Universidade, corresponde para Reis Santos à "camada média", formada pela "classe trabalhadora" e pelos que "honradamente vivem dos seus negócios" (<sup>33</sup>). No entendimento de Faria de Vasconcelos, o perfil do público da Universidade está genericamente no "cidadão", "independentemente da sua "situação, meio, ou actividade", e a quem se deve "inculcar" "o sentimento das suas responsabilidades e deveres e levá-los à acção social [...] pelo progresso colectivo" (<sup>34</sup>).

Apesar destas designações, tendencialmente concorrentes para a unificação de um corpo social, outras serão aduzidas, onde achamos uma hierarquização do público preferencial que se mistura com uma noção de povo bastante mais restrita, enunciada assumidamente numa perspectiva de classe. Câmara Reis e Nogueira de Brito falam-nos numa acção educativa concebida para as "classes populares" (<sup>35</sup>); José Carlos de Sousa, embora a destine "para todos os trabalhadores em geral", salienta que é "especialmente no seio da massa

---

<sup>32</sup> Ferreira de Macedo, "Educação Popular. I", Idem, p.

<sup>33</sup> Conferência proferida por F. Reis Santos na inauguração da 3ª secção da UPP, situada no Barreiro. Intitulava-se "O estado actual da sociedade portuguesa. A educação, o papel das universidades populares no ressurgimento nacional". Um resumo breve vem publicado no jornal Ação, 5 Mar.1921.

<sup>34</sup> Faria de Vasconcelos, O que deve ser a Universidade Popular Portuguesa, II/2., p.53, 54 e 57.

<sup>35</sup> Conferências de Câmara Reis sobre "A reforma da educação e o proletariado", A Batalha, 9 Agosto 1923 e de Nogueira de Brito sobre "Influência da música na educação popular", Educação Social, A.4, nº4, 15 Abr.1927, p.103.



proletária" (<sup>36</sup>) que aquela se deve fazer sentir; e Ferreira de Macedo, se espera que a "grande maioria de operários" (<sup>37</sup>) possa aproveitar o programa da Universidade, não deixará de frisar que "uma das ideias iniciais dos fundadores" da UPP foi "estender a sua acção a um maior número possível de Associações de trabalhadores" (<sup>38</sup>).

O operariado surgirá como o alvo directo, mais imediato da Universidade, mas nem o é em exclusivo, nem a tentativa dos seus agentes educativos em atingirem outros grupos sociais pode ser secundarizada. Afigura-se-nos que os destinatários potenciais da acção educativa da UPP eram justamente os grupos que deveriam constituir o bloco social viabilizador do modelo político republicano. Aqui reside o essencial. A definição que se dá de povo, tem, entre outras virtualidades, a de mostrar os termos em que se concebia a reunião da base de suporte da República. Duma República que necessitava de revitalizar o seu apoio social para sobreviver à crise política. De outra forma: as classes médias, sobretudo a pequena burguesia urbana e o proletariado. As suas elites, alfabetizadas, com alguma cultura política e experiência de participação cívica, permeáveis aos valores de justiça, liberdade, desejosas de ordem, promoção social e bem estar económico.

---

<sup>36</sup> "A secção profissional dos carpinteiros inscreveu-se sócia da Universidade Popular Portuguesa", A Batalha, 4 Dez. 1926 (texto assinado por José Carlos de Sousa, em nome do Conselho Administrativo da UPP)

<sup>37</sup> A. D. Santos, "A Universidade Popular ....", O Combate, 8 Maio 1919 (entrevista concedida por Ferreira de Macedo).

<sup>38</sup> Relatório do Conselho Administrativo ..., I/3., p.32.

Se o operariado conquista o primeiro plano do palco, deve-se muito ao facto da organização sindicalista, bem como a elite intelectual e outros militantes do movimento libertário terem acolhido as solicitações que a UPP, enquanto instituição de natureza republicana e liberal, lhes dirigiu. A aproximação de duas forças organizadas, o associativismo republicano de natureza educativa-cultural e a organização sindicalista, garantiria à Universidade uma estrutura de expansão e um reconhecimento dentro do movimento operário que elegeria este grupo social como objecto da maior mobilização e debate. Não foram os operários provavelmente o público padrão ou maioritário mas nesta aliança estratégica eles estiveram no centro.

Se em 1921 a exiguidade das instalações se colocava à Universidade enquanto imagem e medida para um organismo que acalentava propósitos de vir a ser instituição coordenadora de um movimento de universidades populares à escala nacional, aquele problema acabaria por não constituir apesar disso obstáculo à sua irradiação. Pelo contrário. O modelo adoptado para a abertura de secções, assente numa economia de meios - material e financeiramente sempre restritos - e com um público à partida assegurado, tornaria exequível a expansão da UPP, se bem que muito aquém das aspirações nacionais dos seus fundadores. Duas estruturas paralelas se iriam sobrepôr. Dois projectos iriam, também, convergir.

Sensivelmente dois anos após ter começado a funcionar, a Universidade Popular Portuguesa pôde dar início ao seu plano de

expansão: a partir de Janeiro de 1921, os conferencistas, um núcleo de livros escolhidos da sua biblioteca, e mais tarde um aparelho portátil de projecção de filmes, passam a circular pelas secções que entretanto se vão abrindo, enquanto na sede, para além destas actividades, outros pontos do seu plano educativo se organizam lentamente.

De Janeiro a Maio, abrem-se três secções: a 2ª estabelece-se na Associação de Classe dos Caixeiros de Lisboa, a 3ª no Barreiro, funciona na Associação dos Corticeiros e a 4ª é acolhida pela Associação do Pessoal do Arsenal do Exército. O ritmo de abertura de secções não cessa de crescer até Abril de 1925, ano em que, passada a crise que obrigou a UPP a suspender em 1923/24 todas as actividades, excepto a da biblioteca, ela apresentava uma estrutura de funcionamento assente em 11 secções, contando com a central ou sede. A 5ª, inaugurada em Janeiro de 1922, foi instalada no Sindicato Único das Classes Metalúrgicas e no mês seguinte o Sindicato dos Operários Chapeleiros constituía-se na 6ª secção da UPP. No ano de 1923 apenas se estabelece a 7ª na Secção da Construção Civil de Belém, mas 1925 vê surgir nada mais que quatro: a de Setúbal, com instalações na Associação dos Trabalhadores do Mar (8ª), a do Sindicato Único da Construção Civil (9ª), a das Secções da Construção Civil e Metalúrgica do Alto Pina (10ª) e a do Sindicato dos *Chauffeurs* (11ª).

Afora estas secções, cuja receptividade das associações operárias à Universidade é considerada, em 1924, "superior a toda a

expectativa" (<sup>39</sup>), a direcção da UPP terá ainda sido solicitada a abrir sucursais em Coimbra e Faro, bem como a participar, a título pontual, no programa de conferências educativas que os sindicatos ou outras organizações mantinham autonomamente (<sup>40</sup>). Apesar de no fim do ano de 1921 Ferreira de Macedo anunciar que se está "tratando activamente da fundação em Coimbra duma grande secção da Universidade Popular", com a participação dos "professores da Universidade de Coimbra, da Escola Normal e muitos elementos populares" (<sup>41</sup>), ela não se chegou a formar. Só em Fevereiro de 1925 aquela cidade do centro do país terá uma Universidade Livre, sem qualquer ligação administrativa à UPP, embora organizada pelos grupos aludidos por Ferreira de Macedo. No que respeita a Faro, a iniciativa parece ter sido bem mais sucedida: com efeito, em 1923, lá funcionava uma universidade popular, mas não constituía, como as afirmações de Ferreira Macedo em 1921 deixavam supor uma delegação da UPP. Tinha carácter autónomo, embora influenciada pela experiência e modelo da sua congénere de Lisboa. É o próprio secretário-geral da UPP que três anos depois daquela entrevista se corrige e nos esclarece: "Cumpre-

---

<sup>39</sup> Relatório do Conselho Administrativo ..., I/3., p.32.

<sup>40</sup> Até 1924, estão nestes casos o Sindicato da Construção Civil (que no ano seguinte viria a constituir uma secção da UPP), o Sindicato dos Mobiliários e as Juventudes Sindicalistas, tal como refere Ferreira de Macedo no Relatório do Conselho Administrativo.

<sup>41</sup> "A moderna cultura popular. Ouvindo o dr. sr. Ferreira de Macedo, director da Universidade Popular Portuguesa", A Batalha, 1 Nov. 1921 (ver III/1./1.2, p.74).

nos [...] citar o facto de em vários pontos da província (Setúbal, Coimbra, etc.) se pensar em organizar Uni[versidades] populares no tipo da nossa, tendo-se chegado a fundar em Faro, uma delas, para o que nos foram pedidas directamente algumas informações que prontamente enviámos" (42).

Chegados a 1927, não se poderia dizer que a UPP tivesse logrado afirmar-se como uma organização educativa de implantação nacional. O Estatuto estabelecia neste campo regras precisas. A sede estava em Lisboa, mas a acção da UPP dever-se-ia estender a "todo o território que constitui a Nação Portuguesa e a todos os pontos do estrangeiro onde haja colónias portuguesas" (43). Sublinhe-se que o movimento pretendia ter uma dimensão que ultrapassava as fronteiras continentais. Não só os domínios orientais e africanos, cuja obra de colonização se viria a defender em muitas das conferências, e aqui surgem sintomaticamente integrados na "Nação Portuguesa", seriam abraçados pela acção educativa da UPP, como também não ficariam excluídas - numa designação actual - as comunidades portuguesas no estrangeiro, ou seja, essas "colónias" engrossadas pela emigração.

---

<sup>42</sup> Relatório do Conselho Administrativo ...., (Ver I/3., p.34). Pouco conhecemos sobre o funcionamento desta Universidade. Pela A Batalha, que publica em 6 e 17 Maio 1923 dois artigos sobre a "Universidade de Faro", temos a confirmação da sua existência e ficamos a saber que é de formação recente. Não são artigos que cubram a instituição do ponto de vista da sua divulgação, e não têm pois continuidade. Surgiram episodicamente, envolvidos numa polémica: a da colaboração do movimento sindicalista com as universidades populares, organizadas por grupos da burguesia republicana. Manuel Domingues, o autor dos referidos textos, define e defende a posição de cooperação dos sindicalistas face às declarações feitas por um dirigente da Universidade de Faro, segundo o qual o operariado não frequentava a instituição por motivos "da luta de classes".

<sup>43</sup> Cap.I, Art.3º (ver B.I/1., p.6).

A difusão assentaria na abertura de delegações, com autonomia administrativa, mas dentro das normas e programa estabelecidos nos estatutos da UPP. A estes meios haveria ainda a acrescentar as missões educativas à província e aos centros fabris, ponto introduzido no Plano Educativo Geral em 1922, decerto na consequência do ambiente eufórico que parece ter tomado os dirigentes da UPP, a avaliar pelas declarações de Ferreira Macedo, no fim do ano de 1921, que faziam acreditar em condições propícias para um real movimento de expansão. Ainda que não concretizadas, estas aspirações radicavam numa adesão social à Universidade, especialmente visível nos anos 1921-1922, através das solicitações que recebia para a abertura de secções. E mesmo nos anos seguintes, 1923 e 1924 - período de retraimento nas actividades da UPP, chegando praticamente a suspendê-las por ausência de condições financeiras -, Ferreira de Macedo salienta que a instituição "não deixou de receber pedidos" (") de idêntico sentido.

Longe das suas ambições, a Universidade alcançara não obstante uma projecção considerável. Se o impacto da instituição, em termos organizativos, surge limitado a Lisboa e a uma região limítrofe, como o é a margem Sul, o modelo e os princípios que guiam a sua acção educativa entroncam já numa dinâmica social e cultural mais vasta, convergente é certo, mas que foi capaz de influenciar. A partir de 1923, podemos dizer haver um discurso sobre educação popular que circula entre alguns grupos intelectuais, penetrando

---

<sup>44</sup> Relatório do Conselho Administrativo ...., (B.I/3., p.32).

também as elites operárias, cuja formulação, em termos de necessidades e objectivos, surge vinculada à visão que do problema têm Ferreira de Macedo e Faria de Vasconcelos, enquanto representantes de uma instituição modelo e especialistas de referência no que toca à educação de adultos. A formação das universidades de Faro, Coimbra e Porto e as tentativas de reanimação do Ateneu Popular e ainda das universidades da Renascença no norte, entre 1921 e 1925, constituem exemplo suficiente de formalização de um projecto social no qual se mobilizariam diversos grupos e associações afectados a diferentes núcleos de intervenção cultural e social. (instituições que colaboram com a UPP, outras instituições que se mobilizam; as estruturas regionais)

Toda esta dinâmica, particularmente sentida entre 1921-22 e 1925, coincide naturalmente com a expansão da Universidade Popular Portuguesa que conseguira fixar-se, para uma população associativa que subia dos 110 sócios fundadores a, pelo menos, 2500 por volta de 1925 (<sup>45</sup>), em oito pontos diferentes da cidade e dois fora da capital, encontrando-se todas estas secções estabelecidas em associações de classe.

As modalidades de colaboração assentavam num princípio simples: no essencial, a Universidade oferecia, na justa medida, o que estas organizações, através das comissões de instrução e melhoramentos,

---

<sup>45</sup> Uma obra sã..., O Combate, 27 Abr.1919; o segundo n° foi calculado a partir do Cartão de sócio de Domingos Ribeiro (AHS, Núcleo Domingos Afonso Ribeiro, Cx.59).

não eram capazes de assegurar suficientemente. Para além de um programa educativo, percebido pelos militantes sindicalistas como concebido dentro de uma orientação pedagógica científica e moderna, ou seja, ajustada a um público adulto e submetida a finalidades de educação integral, dispunham também de um corpo de especialistas em diversos ramos do saber, dispostos a divulgar conhecimentos e aconselhar em outras matérias, bem como modalidades e meios de educação sentidos como apropriados. Para tanto, as associações operárias abriam as suas instalações e asseguravam a mobilização de um público. Na verdade, a prática educativa da UPP entroncava numa estrutura que não era totalmente desconhecida à organização operária. Já não falando nas escolas, nem na formação profissional, os sindicatos organizavam cursos e conferências para operários, em modalidades próximas às da UPP, cultivavam a leitura dos seus militantes e quase todas possuíam uma biblioteca. A abertura destas secções apresenta pois uma certa continuidade e complementariedade.

Na verdade, nem todas estas secções conheceram igual dinamismo e as lamentações quanto à indiferença do operariado perante as sessões educativas levadas a cabo nos seus sindicatos pela UPP são mais que muitas, todavia, uma convergência mutuamente desejada, e a seu tempo formulada e esclarecida, dão amplitude que baste a estas estratégias comuns de aproximação entre intelectuais e operários. Com efeito, a organização operária tinha bem o direito, em 1926, de afirmar que "em virtude [do seu] auxílio a UPP pode irradiar a sua acção por toda a capital, recebendo o operariado os



magníficos resultados dessa acção" (46). Não cuidamos dos efeitos, mas dos esforços. Uns e outros, bastante fizeram para este estreitamento singular. E é, estamos em crer, atendendo à própria evolução histórica da organização operária e à sua projecção enquanto movimento social, ajuizados pois os dois sentidos de influência, que devemos procurar as raízes fundadoras daquela aproximação. Por ora interessa perceber não as razões que colocam os trabalhadores como destinatários da acção da Universidade, mas sim como esses mesmo trabalhadores, enquanto força social organizada, se mobilizam para colaborar com um projecto que lhes é exterior. Toda esta diferença fica ilustrada na presença de alguns dos mais importantes militantes sindicalistas entre o quadro dirigente da Universidade, bem como na existência de uma corrente de opinião dentro do movimento sindical que a seu tempo foi reflectindo sobre as necessidades em matéria de educação operária, traçando deste modo as condições e os limites do apoio concedido à UPP.

---

<sup>46</sup> "A secção profissional dos Carpinteiros inscreveu-se sócia da UPP", A Batalha, 4 Dez.1926.

#### 4. Um "parceiro social":

da adesão do movimento sindical à UPP até à participação activa da sua elite (1921/24 - 1924/27)

Apesar do diário da C.G.T. - que para o efeito representa um canal de divulgação das posições do movimento operário, quer da própria Confederação, quer das diversas associações de classe que nele têm expressão -, sempre tão atento às questões de educação, não ter deixado de noticiar as actividades da Universidade Popular Portuguesa desde que se fundara, aliás como o fazia para outras instituições similares ou afins, certo é que o início do ano de 1921 constitui marco cronológico no afeiçoamento progressivo que a organização operária dedica ao projecto da Universidade, como modelo adaptado e conveniente às carências de formação cultural dos trabalhadores adultos.

Na constatação crítica da negligência manifestada pelo operariado para com a sua educação e o que essa atitude representa como obstáculo estruturalmente limitador das mais imediatas ou perenes conquistas do sindicalismo - enquanto movimento de libertação e emancipação social dos trabalhadores a consubstanciar-se numa nova organização da sociedade - se encontra o veio discursivo essencial através do qual se lê e divulga a Universidade Popular Portuguesa. A revolução social a que se aspira não pode ficar resumida "apenas à modificação do sistema económico da sociedade" (<sup>1</sup>); pelo contrário, sem uma "revolução dos costumes", toda a reconstrução

---

<sup>1</sup> "Cultura popular", A Batalha, 10 Abr.1921.

social, baseada nos valores fundamentais da "beleza, justiça e humanidade" (2), ficará comprometida. Este o mote para algumas variações e enfoques ao tema, sustentador de artigos mobilizadores e apelativos para que o operário se instrua, bem como de múltiplos comentários e notas soltas demonstrativos dos propósitos ou possibilidades oferecidos por instituições e iniciativas diversas de natureza particular que assim intentam suprir as deficiências do sistema de ensino ou substituir-se à inacção do Estado republicano, tanto em matéria de educação escolar como no acesso a outros bens culturais. Deste modo se recomenda com insistência a frequência de algumas actividades que os sindicatos vão assegurando, estejam elas ligadas à instrução elementar e à expansão da alfabetização, à aquisição de um saber profissional e técnico ou a um processo contínuo de formação onde pontuam a divulgação de conhecimentos científicos ou o debate de questões políticas e sociais da actualidade. É dentro de tal linha de argumentação, quer definida convictamente na ideia da necessidade de revelar um ideal e uma verdade à "multidão eivada de males" e à "massa ignorante de sempre e mais prevertida que nunca" (3) pela sociedade capitalista, quer considerando-se a imprescindibilidade de formar uma elite operária dirigente - essa "minoría consciente, apta, impulsionadora", ainda "ínfima", (4) sem a qual a reconstrução de um novo modelo de sociedade não logra obter sucesso - que a UPP começa a aparecer

---

<sup>2</sup> Ibidem.

<sup>3</sup> Ibidem.

<sup>4</sup> "A instrução e o operário", A Batalha, 1 Jun. 1921.

como alternativa plausível a aceitável para a promoção da educação dos trabalhadores nos planos moral e social. Juntamente com os artigos de opinião, de conteúdo abertamente pedagógico - no sentido em que combatem a redução da luta social às reivindicações económicas, e fazem depender as condições para a revolução de um processo educativo geral, criador do homem livre, consciente e assim em potência inconformista e revolucionário -, introduzem-se complementarmente textos onde de modo específico se dá a conhecer, pela palavra dos seus promotores e colaboradores, a Universidade Popular Portuguesa (5).

A imagem da instituição recém formada vai-se portanto fixando em torno de alguns predicados. Aparece logo como "estabelecimento de ensino absolutamente moderno" (6). Apesar de não resultar da iniciativa da organização operária, é todavia "destinado aos trabalhadores" (7) e cujo trabalho se segue com "íntima satisfação" por vir, entre outros motivos, "contrabalançar a desmoralização que os pornográficos espectáculos [...] desenvolvem no espírito

---

<sup>5</sup> Para além das notas quase diárias sobre a realização de conferências (nas colunas "Conferências" ou "Universidade Popular Portuguesa"), e de alguns resumos substanciais (em particular sobre a série "As Questões Morais e Sociais na Literatura"), A Batalha insere, com destaque de primeira página, duas entrevistas de Ferreira de Macedo ("Dá-se bom pão de espírito ali na Universidade Popular", 14 Jan. 1921 e "A moderna cultura popular", 1 Nov. 1921), publica uma carta por este professor enviada a explicar os objectivos da Universidade ("Um pouco de história do que tem sido a Universidade Popular Portuguesa", 19 Jan. 1921) e faz ainda, entre outros apontamentos e notícias, o relato da conferência inaugural da secção dos Arsenalistas, igualmente proferida por Ferreira de Macedo (Nos Arsenalistas. Decorreu com brilho a inauguração da IV secção da Universidade Popular Portuguesa", 5 Maio 1921). A segunda entrevista e a carta encontram-se transcritas na II parte, grupos III/1./1.2, pp.73-75 e V/2., pp.150-151).

<sup>6</sup> "A educação popular", A Batalha, 30 Mar.1921.

<sup>7</sup> "A instrução e o operário", Idem.

popular" (\*). Do seu programa constam séries de conferências regulares, abertas ao público, e proferidas em lições populares. Ou seja, não se falam ali de fenómenos tornados incompreensíveis pela erudição científica. O propósito é fornecer sínteses em linguagem acessível, utilizando-se a leitura *in situ* seguida de explicação e também projecções luminosas, passagem de filmes e exibição de desenhos ilustrativos das matérias abordadas. Os temas recaem em assuntos diversificados, mas agradam sobretudo os respeitantes à higiene, nos domínios da prevenção e profilaxia das doenças de repercussão social (\*), à economia, no sentido em que se debatem problemas relacionados com a organização da produção e a interpretação de indicadores da vida económica (<sup>10</sup>), ou ainda todos aqueles que através da literatura, da história e de algumas reflexões de pendor ético e filosófico tendem a divulgar um ideal humanista sobre o qual devem recair as esperanças de se conquistar

---

<sup>8</sup> Cultura popular, A Batalha, 10 Abr. 1921.

<sup>9</sup> Entre as diversas conferências realizadas no campo da saúde e higiene, destacamos, a título de exemplo, a de Luciano da Silva realizada na Universidade em Junho de 1921. Ilustra bem as preocupações tidas neste domínio pela organização operária. Aquela conferência integrou um programa da Associação Anti-Alcoólica Operária que promoveu um plano de palestras destinado a efectuar-se em diversas associações. A UPP, juntamente com a Sociedade Maturista, Sociedade Recreativa Portugal e Associação do Registo Civil, colaborou nesta iniciativa, tendo tido lugar na sua sala a 5ª conferência que versou sobre: "o dever dos trabalhadores, da mulher, dos médicos e dos professores" no combate ao alcoolismo; "a influência no tráfico alcoólico na miséria nacional"; a criação de cooperativas e a limitação do número de tabernas; "o objectivo do nascente movimento anti-alcoólico em Portugal" (A Batalha, 28 Jun. 1921).

<sup>10</sup> Nesta primeira fase da UPP teve especial sucesso junto da imprensa operária a série de sete conferências proferida por Azeredo Perdigão sobre Economia Social: numa delas, de que A Batalha dá resumo desenvolvido, abordou-se "o momentoso assunto das salários e custo de vida", tendo aquele advogado apresentado um estudo para o período de 1910-21. Nas demais ocupou-se da defesa do taylorismo (aumento da produção e dos salários e redução do número de horas de trabalho, daqui advindo portanto maior disponibilidade para o trabalhador se dedicar à "educação, cultura do espírito e descanso"), recomendando-as o jornal em especial aos operários por "nelas ser posto um problema que muito interesse deve merecer aos que produzem" (6 Fev. e 6 Abr. 1921).

um mundo melhor e mais justo (<sup>11</sup>).

Mas muito mais põe a Universidade à disposição dos trabalhadores. A intenção de publicar "algumas das conferências realizadas" na UPP, bem como uma "revista mensal" "consagrada aos assuntos da educação" (<sup>12</sup>) como apoio didáctico e complementar ao ensino pela conferência, não lhes passa em claro. Muito menos a invejável biblioteca: tem empréstimo domiciliário e entre os seus fundos contam-se "os principais volumes da literatura portuguesa e grande número de traduções", para além de obras sobre "filosofia, ciências, economia" (<sup>13</sup>). Percebe-se a importância atribuída a estes instrumentos, de acesso mais individual e livre, e que acentuam em toda a tradição cultural operária sindicalista a importância atribuída à auto-formação e ao aperfeiçoamento contínuo do militante ou do trabalhador sindicalizado. Também o cinematógrafo, com filmes educativos e ainda outras projectadas actividades culturais, como teatro e concertos, são naturalmente

---

<sup>11</sup> A bem dizer, todo o programa da Universidade, como temos vindo a referir, se ultíma num desiderato de conteúdo ético. Todavia, algumas conferências, bem como outras actividades, se salientam mais na consolidação de semelhante discurso formativo, particularmente acolhido entre os meios operários. O interesse e entusiasmo com que se recebe a série As Questões Morais e Sociais na Literatura, da responsabilidade de Câmara Reis, constituiu bom exemplo da receptividade ao programa da UPP. Aqui "são lidos, explicados e comentados trechos das obras mais representativas dos grandes autores tanto nacionais ou estrangeiros" (A Batalha, 26 Jan. 1921), colocando-se naturalmente o acento interpretativo em problemas de natureza ética. De uma só penada, quer universalizando sentimentos, valores e condutas que são intrínsecos à dignidade humana de todos os tempos, quer acentuando o peso do passado no progresso da civilização, Câmara Reis fala de coisas tão diferentes como: o sofrimento, o desapego material, a solidariedade, a redenção, a perfeição, a serenidade da beleza, o humanismo do sentimento religioso; condena também a guerra e toda a espécie de fanatismo, salienta a importância da imprensa, entre outros temas.

<sup>12</sup> "Dá-se bom pão de espírito ali na Universidade", A Batalha, 14 Jan. 1921 (entrevista com Ferreira de Macedo).

<sup>13</sup> Idea.

bem recebidos. A tão falada dissolução dos costumes, vista caricaturalmente no operário analfabeto, preguiçoso, alcoólico, que abdica dos seus mais elementares deveres e se mantém indiferente à reivindicação dos seus direitos, não é apenas encarada no eterno e impressivo quadro da taberna. Delassantes e deseducativos começam a ser outros espectáculos com os quais os trabalhadores preenchem os seus tempo de ócio e por onde, tal como na escola pública, se perpetuam os valores do capitalismo e da sociedade burguesa.

Em suma, se o operário é escravizado porque ignorante, uma vez que desconhece a sua força e não tem um ideal nobre a guiá-lo, o inverso torna-se igualmente uma proposição indiscutível: na educação se encontram os germens da libertação. E o início desta marcha está ali, na UPP, "a troco de uma pequena cota" (14).

A instituição era assim conhecida nos meios sindicais, onde gozava de uma aceitação particular - não dispensada indiferenciadamente a qualquer outra agremiação de educação popular - e possuía uma imagem creditada por um sector de opinião militante que foi apreciando, divulgando e recomendando a Universidade sem deixar de insistir na forma como o seu programa educativo poderia aproveitar ao operariado e às suas aspirações sociais, quando, findo o terceiro ano lectivo de funcionamento da UPP e antes mesmo da abertura do período de trabalho correspondente a 1921/1922, um organismo superior da organização operária e com representação no

---

<sup>14</sup> Idea.

Conselho Confederal da C.G.T. - a União dos Sindicatos Operários de Lisboa - se pronunciava acerca dos motivos e condições de uma cooperação desejada. Dessa imagem que se foi sedimentando acerca do papel a desenvolver pela Universidade Popular Portuguesa junto dos trabalhadores, visto o problema do interior do próprio movimento operário, se construía toda a argumentação utilizada pela União dos Sindicatos Operários de Lisboa quando naquele Verão anunciava o propósito de se dirigir "à direcção da Universidade Popular Portuguesa, para que esta trate da parte educativa do Operariado de Lisboa" (<sup>15</sup>). Embora pretendesse dinamizar em bases mais sólidas uma colaboração já experimentada, outros intuitos se descortinam, como seja coordenar e legitimar uma aceitação manifesta que vinha sendo dada a esta agremiação de educação de adultos por parte de alguns sindicatos - como a Associação de Classe dos Caixeiros e Arsenalistas do Exército em Lisboa, e Corticeiros no Barreiro (<sup>16</sup>) - e também por militantes sindicais e intelectuais anarquistas sem que sobre o assunto houvesse qualquer directiva comum ao movimento do operariado organizado. Deste ponto de vista a questão tem assim um significado político e tanto mais importante por quanto a iniciativa parte de uma união local de sindicatos.

Com efeito, estes organismos, dentro da organização sindicalista, precedem o seu órgão de coordenação nacional máximo - a

---

<sup>15</sup> "A educação dos trabalhadores", A Batalha, 23 de Jul. 1921 (artigo publicado na primeira página, na zona do editorial).

<sup>16</sup> Ver II Parte, Grupo I, pp.37-40, onde constam alguns elementos informativos respeitantes à instalação e funcionamento das secções da Universidade Popular Portuguesa.



Confederação -, acima portanto do sindicato profissional e da federação de indústria. Compunham-se dos sindicatos confederados de uma região e tinham entre outras atribuições de natureza económica, social e administrativa, a de cuidar da "propaganda educativa" e "promover a defesa dos interesses gerais comuns aos associados das várias profissões" (17). Segundo Emídio Santana, as uniões reuniam com frequência, nelas se estabelecendo portanto contactos entre os militantes (18). Se ajuizarmos que estes organismos, como observa João Freire, "actuavam como estruturas descentralizadas que impulsionavam as campanhas e objectivos gerais do movimento confederal" e que o seu poder de organização e intervenção dependia em larga medida "da energia e recursos" (19) dispensados pelos sindicatos locais, é muito provavelmente correcto entender-se a iniciativa da USO de Lisboa como facto de suma importância para a definição da política e posicionamento do movimento operário face à colaboração com um projecto essencialmente titulado pela burguesia intelectual republicana. É que justamente, entre os sindicatos que confluíam na União de Lisboa, encontramos metalúrgicos, construção civil e gráficos. Quer dizer, aqueles que registavam taxas mais altas de sindicalização, que maior poder organizativo detinham e sobretudo onde se recrutavam dentro do operariado de Lisboa parte da sua elite dirigente e militante. Eram

---

<sup>17</sup> "Organização social sindicalista (Carta orgânica)", in Manuel Joaquim de Sousa, O Sindicalismo em Portugal, Porto, 1976, p.211.

<sup>18</sup> Luís Salgado de Matos, "Lisboa, 1920 - vida sindical e condição operária", Análise Social, n.º67-68-69, Jul.-Dez.1981, p.933 (entrevistas a Emídio Santana).

<sup>19</sup> João Freire, Anarquistas e Operários. Ideologia, Ofício e Práticas Sociais: o Anarquismo e o Operariado em Portugal, 1900-1940, Lisboa, Afrontamento, 1992, pp. 225-226.

pois especialmente activos, instruídos e qualificados profissionalmente. Apesar de em cada uma destas indústrias figurarem profissões diversas, e de diferentes sistemas de trabalho nelas coexistirem, o de ofício - fundamentalmente caracterizado pela "importância decisiva do trabalho-saber" e o decorrente reconhecimento social do operário qualificado e especializado, detendo autonomia de decisão (<sup>20</sup>) - está bem representado. Com efeito, a maior adesão que se verificará por parte das associações de classe à UPP, virá justamente dos metalúrgicos e da construção civil e entre os elementos operários que pelo Conselho Administrativo passaram destacam-se os tipógrafos. Como adiante veremos, esta relação muito provavelmente assenta em referentes culturais e posições ideológicas que, segundo cremos, explicam em boa parte a receptividade do movimento sindicalista ao projecto concretizado na Universidade Popular Portuguesa.

O que pretendia então a União dos Sindicatos Operários de Lisboa da Universidade e como o justifica? As necessidades sentidas em matéria de educação social e formação intelectual entre a classe operária, as dificuldades da estrutura sindical de *per si* prover à organização da educação dos trabalhadores e o reconhecimento das virtualidades contidas no modelo educativo das universidades populares, com particular destaque para a prática demonstrada pela UPP, explicam o recurso a uma colaboração. Se até ao momento se ficara pela iniciativa autónoma de alguns sindicatos, agora o que

---

<sup>20</sup> Idem, pp.115-117.

se quer é mesmo formalizar aquela colaboração institucionalmente: a União dos Sindicatos Operários propõe-se desempenhar papel intermediário entre os demais organismos sindicais e a direcção da UPP com o sentido de acertar "a melhor forma da Universidade exercer dentro dos sindicatos a sua benéfica acção" (21). Face ao carácter apolítico e à concepção científica do programa educativo da instituição, não veem qualquer incompatibilidade ideológica a impedir a aproximação entre intelectuais da burguesia e operários revolucionários. A UPP é tida como agremiação que tem "um programa livre e inteligente" e por "missão pôr o povo em contacto com as maravilhas da ciência, da arte, da filosofia e da literatura". A base de sustentação é "o ideal pedagógico puro e sereno", "fora de todos os credos políticos" e das "conveniências de uma classe ou de um grupo" (22). Portanto, aquilo que o sindicalismo promove no domínio de economia e que não abdica de realizar no campo socio-cultural pode a UPP, numa conciliação de esforços, coadjuvar. Ou seja, se através de uma nova organização do trabalho, o movimento pretende garantir a emancipação económica do trabalhador escravizado pela sociedade capitalista, com o objectivo "da felicidade humana", pela educação, mostrando-lhe os avanços da ciência, a constituição de uma nova ética que respeita a natureza humana e as conquistas sociais da Civilização, procura libertá-los de uma menoridade intelectual, de uma ignorância que os impede de compreender "deveres e direitos" e de se guiarem por uma "moral sã

---

<sup>21</sup> "O ensino universitário popular e a organização operária", A Batalha, 7 Ago. 1921.

<sup>22</sup> Ibidem.

e regeneradora" (23). Não perde a USO no entanto a oportunidade de definir os limites e expectativas desta parceria, admitida e aprovada pelo movimento sindical em nome e pelo sucedimento da revolução futura. Conclui por isso a União dos Sindicatos Operários de Lisboa a exposição das suas intenções com uma declaração breve mas muito elucidativa: a USO não espera que a UPP faça uma educação sindicalista - "isso seria fugir ao seu objectivo e desmanchar um programa absolutamente útil" -, quer apenas que ela assegure, segundo critérios científicos e métodos pedagógicos modernos, a formação cultural dos seus associados, sem em caso algum "se imiscuir [...] nos processos de luta económica" do movimento operário, justamente como este da mesma forma não interferirá "nos processos de ensino da UPP", que "reputa como bons" (24). Embora desconheçamos o funcionamento interno da União e o seu poder de mobilização, e admitindo mesmo que "estas estruturas eram 'filhas' - e não 'mães' - dos sindicatos de base" e neste sentido "reflectiam a sua força ou a sua debilidade" (25), a verdade, fosse pelo empenho da União, fosse pela iniciativa das associações nela presentes, é que os pedidos para a abertura de secções da Universidade não deixaram de se efectuar entre 1921 e 1925 superando mesmo as melhores expectativas dos responsáveis pela instituição educativa (26).

---

<sup>23</sup> Ibidem.

<sup>24</sup> Ibidem.

<sup>25</sup> João Freire, ob.cit., p.227.

<sup>26</sup> Ver Ferreira de Macedo, Relatório..., II parte, p.32.

Não menos reveladora para a compreensão desta plataforma de entendimento entre republicanos e movimento operário é a disposição concomitante para a abordagem de uma problemática que o aparecimento da UPP vem despoletar com a adesão livre dos primeiros sindicatos, feita sem que sobre o assunto houvesse alguma directiva confederal: sem que distingamos nitidamente a causa do efeito, a assunção do problema da colaboração é acompanhado de um esforço de reflexão no interior do próprio movimento operário, onde aparece uma opinião crítica que aponta a importância e a obrigação da estrutura sindical tomar conta da educação da sua classe. Quer dizer, a necessidade de se determinar uma orientação global e autónoma, que respeite à ideologia e objectivos sociais do sindicalismo. Nesta tendência, manifestada já em 1922-1923 e acentuada particularmente nos anos seguintes, o estatuto de cooperação com a UPP iria quase sempre ser focado como uma das soluções para a questão urgente da educação social do operariado. Se nas suas dimensões profissional, cultural e doutrinária a educação dos trabalhadores deveria ser encarada como tarefa da responsabilidade do movimento sindicalista, ou seja, pelas suas estruturas organizada e rigorosamente submetida à sua orientação social e política, uma avaliação dos recursos e condições de exequibilidade de semelhante projecto educativo aconselhava as diversas organizações de trabalhadores a estabelecer prioridades de investimento e a escolher intermediários para os sectores de formação onde a C.G.T, os sindicatos, grupos anarquistas ou outras associações culturais de raiz operária tinham dificuldade em desenvolver: assim se enunciava a posição dominante no que

respeitava à educação de adultos (27). Esta atitude não invalidava todavia iniciativas próprias do movimento, similares ao modelo educativo da Universidade (28).

Se em 1921 a União dos Sindicatos de Lisboa tomou a iniciativa de defender uma colaboração, quatro anos depois a Confederação Geral do Trabalho, no Congresso onde sujeitou a aprovação uma tese sobre "Educação", "convida" justamente aquelas uniões a "fundar, organizar e pôr a funcionar" institutos de educação tipo universidades populares, mas acrescentava que, enquanto problemas financeiros obstassem à plena realização daqueles desideratos, o Congresso deveria considerar que "a organização não [fosse] alheia às tentativas e iniciativas que vis[assem] aqueles ou alguns daqueles objectivos". E os exemplos surgem: à cabeça, as

---

<sup>27</sup> Constituem bom exemplo deste posicionamento a tese apresentada à 1ª conferência das Juventudes Sindicalistas de Lisboa, em 1925, sobre "A educação dos jovens sindicalistas", onde esta organização reconhece a sua incapacidade de por inteiro assegurar a educação dos jovens militantes. A educação profissional é remetida para as escolas técnicas, elementares e médias, em nome do desenvolvimento e preparação da competência profissional; a educação sindicalista e doutrinária, da estrita competência da organização operária; a educação geral, aceita-se que seja feita por organismos de educação popular existentes em Lisboa. Para este último caso recomenda-se a manutenção de relações institucionais entre as Juventudes e a UPP, escreve-se na tese, que "segue uma orientação educativa que não diverge neste campo das nossas aspirações, e que vem desde alguns anos prestando relevantes serviços à causa da educação popular" (A Batalha, 30 Mar. 1925). Neste sentido, vejam-se, entre outros exemplos, os artigos de: Emilio Costa, "Educação sindicalista" e "Teoria e prática", A Batalha, 14 e 31 Jan. 1925,

<sup>28</sup> Atenda-se nas propostas de Nogueira de Brito que, clamando pela necessidade da C.G.T organizar a educação dos operários, propõe um programa à confederação muito semelhante ao modelo da UPP, não só nas actividades, como nos princípios de organização e participação inter-classes. Apesar de se aceitar a "colaboração de elementos estranhos", com o pretexto de "ombrear trabalhadores intelectuais com manuais", todo o programa é sempre visto como um projecto de operários para operários ("A Confederação do Trabalho e a sua função educativa", A Batalha, Suplemento, 25 Fev. 1924). Para esta questão têm também interesse os artigos, por exemplo, de Eduardo Frias, "A educação dos trabalhadores" (A Batalha, 14 Jan. 1925), sobre métodos "para fazer interessar o operariado por conferências de arte"; um outro publicado no jornal dirigido por Campos Lima, A Imprensa Livre, 9 Set. 1921, onde, a propósito da iniciativa da USO em formar uma biblioteca popular, se aconselham alguns "preceitos práticos", de molde a que aquela biblioteca venha a ter "efeitos" e "influência educativa".

universidades populares ou livres (<sup>29</sup>). É, pois, só neste ano de 1925 que a organização operária definia o que poderemos entender por uma política educativa autónoma, contemplando mesmo diferentes graus de ensino e modalidades educativas (<sup>30</sup>). Para a educação dos trabalhadores adultos acolheu, como vimos, o modelo das universidades populares. E não deixou, como alternativa, de recomendar a utilização das já existentes.

Ora, cerca de um ano antes, quando em Novembro de 1924 se realizam eleições para os Corpos Gerentes, haviam entrado para o Conselho Administrativo da Universidade destacados militantes sindicalistas e anarquistas. Tratava-se do primeiro sufrágio desde que na Assembleia Geral de 1919 se aprovaram os estatutos e se tinha por votação empossado o quadro dirigente da Universidade, muito ligado, nesta fase inicial, ao grupo fundador da instituição. Mas estas eleições, que, segundo o consignado no Estatuto, se deveriam ter efectuado em 1922, não só ocorrem com dois anos de atraso (<sup>31</sup>), como após um período de inactividade da UPP. De facto, no ano lectivo correspondente a 1923/24 a Universidade não pode assegurar mais do que o serviço da Biblioteca, tendo sido obrigada a suspender as demais actividades face à crise financeira que a afectou: os atrasos, cada vez mais prolongados, na obtenção mensal

---

<sup>29</sup> Texto da tese publicado in A Batalha, 19 Ago. 1925.

<sup>30</sup> Sobre esta questão ver o artigo de António Candeias, "Movimento operário português e educação (1900-1926)", Análise Psicológica, II (1), 1981, pp. 39-60.

<sup>31</sup> Sobre esta questão ver o que escrevemos na Parte II, no grupo I/2. - Organização e Administração da UPP/Corpos Gerentes -, em particular na p. 15. Também no Relatório... Ferreira de Macedo lhe faz referência (I/3., p.25).

do subsídio oficial, e a inflação que reduziu o seu valor inicialmente estabelecido, encontram-se na origem das dificuldades em a UPP se manter, "correndo [então] mesmo o risco de se extinguir à míngua de recursos" (<sup>32</sup>). Um empréstimo e uma intervenção directa de alguns amigos da UPP, entre eles ministros e deputados, conseguiram temporariamente resolver a situação. O subsídio foi aumentado e as verbas acumuladas em atraso recebidas e recuperadas. É pois saldada a crise, "com fundos que certamente permitirão uma nova vida e progresso" (<sup>33</sup>), com um quadro dirigente renovado, cujas mutações mais significativas se sentem no Conselho Administrativo, e munida dos ajustamentos necessários a uma mais eficiente administração, feitos aos estatutos na Assembleia Geral das eleições de 1924 - como sejam o aumento da cota mensal e a redução do número de elementos do Conselho Administrativo (<sup>34</sup>) - que a Universidade Popular Portuguesa se relança e se tenta revitalizar segundo os mesmos objectivos e programa apresentados em 1919 e com a imagem granjeada no período de maiores realizações e prestígio: os anos de 1920 a 1923.

A quem fica então entregue a tarefa de dar execução e de velar pela prossecução da retoma de um projecto de características essencialmente formativas e sociabilizadoras? Para além de Ferreira de Macedo, que se mantém como secretário-geral, e de Sá Oliveira,

---

<sup>32</sup> Ferreira de Macedo, Relatório do Conselho Administrativo ..., p.35.

<sup>33</sup> Ibidem.

<sup>34</sup> Acerca do funcionamento do Conselho Administrativo e das alterações entretanto introduzidas no Estatuto ver Parte II: I/1., p.4 e I/2., pp. 12-14 (em especial nota 5).



que transita do Conselho Fiscal para a presidência do Administrativo, as outras duas funções específicas - a do secretário e do tesoureiro -, bem como três pelouros, dos cinco distribuídos entre os nove vogais efectivos do Conselho, encontram-se a cargo de sindicalistas e anarquistas. Não são portanto estes últimos membros ornamentais de um grupo, meros legitimadores anónimos dos objectivos programáticos de um projecto educativo que os elegera como representantes de um público preferencial. Longe disso e muito para além da participação discreta dos tipógrafos Domingos dos Santos, Ezequiel de Moraes e João de Sousa, do tecelão Lafaia, do fundidor Ovídio Borges, ou dos serralheiros Joaquim Marques e Teodoro da Silva - todos eles vogais entre 1919 e 1924 -, viriam aqueles novos membros a desempenhar um papel fundamental na dinamização da Universidade Popular Portuguesa até 1927, e mesmo durante o Estado Novo.

Assim, o secretariado e a coordenação das actividades ligadas ao audio-visual - um dos sectores que, pela sua importância pedagógica, mais atenção recolhia entre os responsáveis da UPP <sup>(35)</sup> - encontrava-se entregue a Manuel da Conceição Afonso, um operário do sector gráfico de convicções sindicalistas-revolucionárias. O serviço burocrático indispensável ao funcionamento regular da UPP, o da tesouraria, era assegurado por Augusto Carlos Rodrigues, um

---

<sup>35</sup> Este sector incluía o cinema, onde a exibição dos filmes se fazia mais do que uma vez por semana na sede da Universidade, e as projecções luminosas fixas, que acompanhavam as conferências. Havia em projecto a intenção de adquirir um aparelho portátil, destinado a levar as sessões cinematográficas às secções da UPP instaladas nos sindicatos, bem como outras ideias tendentes a rentabilizar a acção educativa esperada do cinema, cujo repertório fílmico disponível e adequado a estes fins era de acessibilidade restrita e bastante dispendiosa (ver a este propósito o Relatório do Conselho Administrativo ..., I/3., p. 27).

guarda-livros anarquista que até à extinção da Universidade manteria as contas em dia. Já havia dado o seu concurso a uma outra universidade popular de inspiração e organização exclusivamente libertária e operária - o Ateneu Popular (<sup>36</sup>) - e pertencia ao grupo "O Semeador", que após a constituição da União Anarquista Portuguesa conheceu franca actividade no capítulo da propaganda e doutrina. Seguem-se depois aqueles que mais decisiva e pública influência tiveram nos destinos da Universidade a partir de 1924. Referimo-nos a Alexandre Vieira e José Carlos de Sousa.

O primeiro era nem mais que um dos dirigentes sindicais de maior projecção no movimento operário até ao princípio dos anos vinte. Fora convidado por Ferreira de Macedo para colaborar com a Universidade Popular Portuguesa, trabalhando à data como tipógrafo na Biblioteca Nacional e com o grupo da Seara Nova mantinha relações (<sup>37</sup>). Já antes mesmo de entrar para a direcção da UPP manifestara o seu apoio a esta instituição pelo auxílio que podia prestar à formação intelectual de futuros militantes, nomeadamente daqueles que, "pelas suas qualidades de inteligência, de carácter

---

<sup>36</sup> Esta instituição foi fundada em Lisboa, no ano de 1917. Suspendeu logo em seguida as suas actividades, reaparecendo -supomos que episodicamente - em 1921. A Batalha considerava-a "uma instituição nossa, inteiramente nossa". Era de facto de orientação anarquista e havia sido fundada por solicitação do Grupo de Estudos Sociais de Alcântara (constituído por operários) e organizada por um grupo de militantes libertários. Quando retomou actividade em 1921, nela realizaram conferências Emílio Costa e Faria de Vasconcelos, respectivamente, "Educação geral e os fins do Ateneu Popular" e "A importância da educação" ("Cultura Popular", A Batalha, 10 Abr.1921 e 22 Jun.1921). O boletim que editou na primeira fase (1917/19) - Cultura Popular, n.º1-3, Mar.1919 - contém informações preciosas sobre o programa, objectivos, actividades desenvolvidas, composição socio-profissional dos associados e balancetes de receitas e despesas.

<sup>37</sup> Ver David Ferreira, "O chamado 'Grupo da Biblioteca'", Jaime Cortesão-Raúl Proença. Catálogo da Exposição Comemorativa do Primeiro Centenário (1884-1984), Lisboa, Biblioteca Nacional, 1985, pp. 305-313. Na parte II, grupo IV, p.143, constam mais alguns elementos biográficos de Alexandre Vieira.

e de amor às ideias progressivas, se mostram aptos a vir desempenhar um papel de relevo no movimento operário". É que, segundo a sua própria opinião, a organização operária precisava de quadros cuja preparação devia obedecer a exigências que ultrapassavam potencialidades pessoais ou a formação apenas adquirida na luta sindical. O militante necessitava conhecer "mais que perfunctoriamente, a indústria a que pertence", assim como possuir um conjunto de "conhecimentos de ordem geral", de molde a que, sobretudo quando "chamado a exercer funções dentro da organização operária", e "tiver que defrontar-se [...] com adversários perspicazes, não se[ja] facilmente vencido". E, conclui Vieira, "talvez [tal situação] assim não acontecesse se aos argumentos especiosos desses adversários" estivesse o militante "habilitado a opôr argumentos consistentes, efectivos, de fundamento real" (38). Perante a ineficácia do ensino público em responder a estas necessidades de educação intelectual e social dos trabalhadores *manuais* e face à ausência de condições financeiras do movimento sindical de assumir, pelo menos, o encargo de preparar as sua elites, a tentativa de Ferreira de Macedo em iniciar na Universidade Popular Portuguesa, no ano 1923/24, um curso de cultura geral destinado especialmente aos jovens operários (39), surgisse como uma solução possível que fez então "vibrar" Alexandre

---

<sup>38</sup> "A preparação de militantes operários", A Batalha, Suplemento Literário, n.º 9, 28 Jan. 1924.

<sup>39</sup> O curso aludido por Alexandre Vieira neste artigo, segundo o qual já estaria inclusivamente escolhido o grupo de jovens a que era destinado, não se realizou em virtude da Universidade durante este ano lectivo ter cessado todas as actividades, excepto o serviço da biblioteca. Todavia, a ideia não foi abandonada. Logo no primeiro ano de funcionamento da UPP após a suspensão dos seus trabalhos, e já com os novos corpos dirigentes, abre-se justamente as actividades na sede com o curso Educação para a vida, dele se encarregando Emílio Costa (ver programa do curso no grupo III/2.4, p.130).

Vieira (<sup>40</sup>). Dentro das competências do Conselho Administrativo, as tarefas de cuidar da propaganda e de assegurar a coordenação dos trabalhos nas secções estabelecidas nos diversos sindicatos - dois sectores a exigir extremo cuidado para a efectivação das aspirações da Universidade -, couberam a este dirigente sindicalista-revolucionário, tipógrafo e redactor principal do jornal *A Batalha* até a doença o ter afastado em fins de 1921 (<sup>41</sup>). Ficaram portanto entregues aquelas funções justamente ao militante que meses antes considerara a indiferença e inactividade do proletariado perante a hipótese de encerramento da UPP como uma atitude "não menos lastimável que perder uma greve" (<sup>42</sup>). Com efeito, viria a ser um dos dirigentes mais dinâmicos e peça fundamental na aproximação da UPP ao operariado: dele dependia uma eficiente articulação entre a sede e as secções e não é por um acaso que na sessão pública de esclarecimento feita em Setúbal, na Associação dos Trabalhadores do Mar, com o objectivo de ali se abrir uma secção, tenha tomado palavra Alexandre Vieira, juntamente com Ferreira de Macedo (<sup>43</sup>).

---

<sup>40</sup> "A preparação de militantes operários", *Idem*.

<sup>41</sup> O cargo que ocupou no Conselho Administrativo só o deve ter abandonado entre 1926 e 1928, e muito provavelmente neste último ano, devido ao exílio a que se viu forçado após se ter deslocado a Moscovo em 1928. Em carta timbrada da Universidade, dirigida ao Sindicato Único das Classes Metalúrgicas, datada de 25 de Agosto de 1928 e assinada por José Carlos de Sousa, solicita-se o pagamento de uma verba ao referido sindicato pelos "fretes do aparelho cinematográfico", serviço do operador e aluguer das fitas projectadas em Abril e Maio de 1926. Havia sido Alexandre Vieira o encarregado de semelhante tarefa, mas até aquela data ainda não o tinha feito, diz-se na aludida carta, "por motivos muito superiores à sua vontade, com é sabido" (BN, A.H.S., Caixa 87 - Educação e Cultura). Uma biografia mais desenvolvida de Alexandre Vieira pode consultar-se no grupo IV.

<sup>42</sup> "A preparação de militantes operários", *Idem*.

<sup>43</sup> Ver *A Batalha*, 13 e 17 Dez. 1924. Segundo a própria memória de Alexandre Vieira, este acompanhava frequentemente Ferreira de Macedo, bem como outros professores, às associações de classe quando a elas se deslocavam para proferirem conferências (ver "Universidade Popular Portuguesa. Instituição de cultura de que foi criador o prof. Ferreira de Macedo", *Vida Mundial*, 3 Abr. 1970 - documento transcrito no grupo V/1.5.).

Em 1925, aquando da inauguração da Universidade Livre do Porto, é também este sindicalista que naquela ocasião solene representa a UPP como delegado. Falou sobre os objectivos das universidades populares e salientou terem estas por "preocupação formar homens que conscientemente saibam distinguir o Bem do Mal, a Justiça da Iniquidade, o Belo do Repugnante, a Verdade da Mentira" (<sup>44</sup>). Outra coisa não repetia incessantemente, desde 1920, Ferreira de Macedo, sendo sempre este o discurso e a temática escolhidos para se apresentar o programa da Universidade, em especial nas conferências inaugurais das secções.

Com não menos importância para os destinos futuros da Universidade é também a estreia de José Carlos de Sousa entre este grupo dirigente. Para além de propagandista infantigável da UPP junto da classe operária, teria como secretário-geral uma função decisiva na organização dos trabalhos da Universidade, cabendo-lhe ainda dar o rosto da instituição junto dos associados e da imprensa, função até então assumida por Ferreira de Macedo (<sup>45</sup>).

Em sinal dos novos tempos, a reabertura da Universidade em 1924, reveste-se mesmo de uma certa solenidade. Entre os convidados para a inauguração do ano lectivo encontravam-se o ministro do Comércio e o Chefe de Gabinete do Presidente do Governo - então nas mãos de José Domingues dos Santos, líder do grupo partidário republicano

---

<sup>44</sup> "Inaugurou-se a Universidade Livre", A Batalha, 13 Fev. 1925.

<sup>45</sup> Ver a biografia deste anarquista no grupo IV.

mais à esquerda -, fazendo-se a organização operária representar com um delegado da C.G.T., Gonçalves Vidal, e outro da União dos Sindicatos Operários de Lisboa, Manuel Domingues. Foram importantes os seus discursos. E muito políticos sobretudo.

Sá Oliveira, em nome do Conselho Administrativo da UPP, reconheceu a colaboração dada à Universidade pelo Governo, manifestando igualmente o agrado para com o acolhimento das associações operárias, que espera consolidar, entenda-se, porque as saudou nas "pessoas dos seus representantes ali presentes" (46). Não ficou sem resposta Sá Oliveira. A expressão do apoio da organização operária e a sua contrapartida ficaram bem explícitas através dos discursos feitos na ocasião por aqueles dirigentes operários: a UPP representava "o concurso imprescindível do cérebro e do braço", sem o qual a revolução seria impossível, ou pelo menos incompleta (47). Mas ia-se mesmo mais longe. O lugar do intelectual deveria "ser ao lado do operariado". "Dentro da C.G.T", diz Mário Domingues, "há muito estão reservados os lugares para [...] todos os trabalhadores do pensamento". Só eles poderiam trazer aos "movimentos de reivindicação uma carácter mais elevado e mais consciente" (48).

Este movimento de adesão não deixará de crescer à medida que a crise política e a agitação social se agudizarão nos anos 1925 e

---

<sup>46</sup> A Batalha, 9 Dez. 1924.

<sup>47</sup> Palavras de Gonçalves Vidal (Idem).

<sup>48</sup> Idem.

1926, terminando com a instauração da Ditadura Militar. Dos sectores anarquistas e anarco-sindicalistas serão vários os elementos que convergirão para a UPP, sendo neste período, inclusivamente, que veremos aparecer a corrente mais radical do movimento associativo de professores primários - defensores da Escola Única -, grupo profissional até aqui à margem da acção da Universidade (49) .

A associação da elite republicana mais progressista ao movimento operário não pode, nos termos que acabámos de expressar, ser dissociada da corrente ideológica então dominante no sindicalismo português - a anarquista. Numa caracterização sucinta, impõe afirmar-se que os anarquistas, sem quererem colaboração - e até mesmo negando-a - com as instituições políticas republicanas, centraram todas as suas melhores armas no controle do movimento sindicalista, o que conseguem indiscutivelmente em 1919. Contudo, os anos subsequentes viriam a revelar-se de crise, tantos foram os sinais de desmobilização que a repressão, aliás fortíssima, ia agravando. Acresce que estes dirigentes viriam ainda a confrontar-se com os recém chegados bolcheviques; no seu território de acção, a hegemonia anarquista sofreu então os primeiros sérios rombos. Ora, foi precisamente neste contexto de acentuado refluxo que, tanto libertários como sindicalistas revolucionários, mudaram as suas agulhas. Doravante, se os vemos apostados em lançar uma política educativa alternativa à burguesa, encontramo-los também

---

<sup>49</sup> Ver grupo IV - Biografias dos dirigentes.

associados, numa instituição de educação popular, aos republicanos mais progressistas.



## NOTA FINAL

A natureza pouco ortodoxa do nosso trabalho, que se separa em duas partes distintas e reflecte uma opção ensaística, não nos parece justificar a existência formal de uma conclusão. Este espaço, que aqui antes assumimos como breve nota final, procura, mais do que reiterá-la de forma sucinta, reivindicar a importância dos estudos da natureza deste para a compreensão de que se reveste o estudo de um grupo com função e papel particulares nas sociedades contemporâneas - o dos intelectuais.

Na verdade, é lícito dizer que os homens aqui referidos não pretenderam outra coisa que renovar e revitalizar um modelo político em crise através da sua Universidade Popular Portuguesa. Fizeram-no - invocando curiosamente a sua competência de raiz, a científica - pela convocação das massas que o sistema político insistia em manter à margem, sem lhes responder aos anseios. Se quisermos averiguar da eficácia do projecto, cotejando objectivos iniciais da educação popular com os resultados obtidos, por certo que os segundos muito - quase tudo - terão ficado a dever aos primeiros. Na verdade, a pergunta essencial deveria ser colocada noutros termos, para nos levar àquela que se nos afigura como sendo a dedução fundamental: balanços feitos, da incursão à UPP sobrará uma esclarecedora matriz do contacto entres as elites letradas e algumas figuras de movimentos sociais, mormente as oriundas do republicanismo crítico e do sindicalismo. Aos dois sectores a

Universidade servia: porque uns necessitavam de conquistar para a mundividência liberal os dirigentes que a negavam nas ruas e os outros de legitimar as suas propostas revolucionárias com o assentimento dos "trabalhadores do cérebro". A Universidade Popular Portuguesa surge assim no contexto nacional como expressão baldada de uma terceira via.

Teria, pois, interesse averiguar como a instituição influiu, marcou e pesou, os destinos das personalidades que albergou, uma vez que a rede de relações encontraria renovado fôlego com o advento do autoritarismo português. No fundo estes encontros, patrocinados pela marca do discurso cultural, nasceram sob o signo da resistência política e assim se perpetuaram num contexto ainda mais adverso.

Se a oportunidade surgir, voltaremos ao triângulo educação, cultura e política.

